



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique



Novembro de 2021



I. Introdução e Fundamentação	1
II. Contextualização	2
III. Pilares de Intervenção e Prioridades	16
Pilar 1: Apoio à construção da Paz, segurança e coesão social.....	16
P1.1 Reforçar a coesão social, incluindo entre deslocados e comunidades de acolhimento.....	17
P1.2 Desenvolver as capacidades do Estado e comunidades para a construção da Paz e Reconciliação, através do diálogo participativo e de acções que contribuam para a prevenção do extremismo violento e radicalismo	17
P1.3 Apoiar a justiça inclusiva e segurança da comunidade	18
P1.4 Facilitar a cooperação transfronteiriça para o reforço da cidadania e negócios.	18
Pilar 2: Reconstrução do contrato social entre o Estado e a população	18
P2.1 Assegurar o acesso inclusivo e justo a serviços públicos.	18
P2.2 Reforçar a governação inclusiva, com foco na participação cidadã, combate à corrupção, e redistribuição e transparência fiscal	18
P2.3 Promover a gestão sustentável e participativa da terra e dos recursos naturais	19
P2.4 Promover a habitação social.....	19
Pilar 3: Recuperação económica e resiliência.....	19
P3.1 Apoio à recuperação dos danos gerados pelo conflito nos meios de subsistência, especialmente nos sectores agrícola, pesca e silvicultura	19
P3.2 Promover a recuperação económica, através de apoio ao sector privado, incluindo a indústria do turismo, e recuperação e manutenção de infraestrutura essencial	20
P3.3 Fortalecer a contribuição das actividades extractivas à integração sócio-económica da população de Niassa, Cabo Delgado e Nampula, e promover sustentabilidade	20
P3.4 Contribuir para a inclusão económica, através de melhor acesso a serviços financeiros e desenvolvimento de capacidades	20
IV. Articulação com outras Estratégias e Planos.....	20
V. Costing, Financiamento e Mecanismos para Operacionalização	22
VI. Monitoria e Avaliação.....	26
VII. Acções Preliminares à Operacionalização.....	30
Anexo: COSTING POR PILAR	32
1.1. PILAR 1 - APOIO À CONSTRUÇÃO DA PAZ, SEGURANÇA E COESÃO SOCIAL	32
1.2. PILAR 2 - RECONSTRUÇÃO DO CONTRATO SOCIAL ENTRE O ESTADO E A POPULAÇÃO	37
1.3. Pilar 3 - RECUPERAÇÃO ECONÓMICA E RESILIÊNCIA.....	46

I. Introdução e Fundamentação

A intensificação da insurgência armada em Cabo Delgado (CD), desde 2017, trouxe uma atenção renovada, nacional e internacional, para as três províncias do extremo norte de Moçambique. Até o final de Setembro de 2021, estima-se que a insurgência causou a perda de 4.500 vidas e provocou o deslocamento de aproximadamente 800.000 pessoas.¹ A este alto custo humano, soma-se o impacto de destruição de capital físico e humano, devastação de vidas e meios de sustento, bem como entraves às perspectivas económicas ligadas à exploração de gás natural liquefeito (LNG).

Este agravamento da violência no Norte, aconteceu quando o país estava no caminho da retoma, depois de choques que impactaram as suas capacidades e criaram grande pressão no orçamento do Estado (tal como a crise das dívidas ilícitas de 2016), e em concomitância com a crise pandémica do COVID-19 bem como os efeitos ainda presentes dos ciclones *Idai* e *Kenneth* (2019). Só o ciclone *Idai* causou mais de 600 mortes e mais de USD 3 mil-milhões em perdas e danos.

Cabo Delgado tem a terceira maior reserva mundial de gás liquefeito, que alimenta perspectivas de crescimento económico fundamentais para o país. Estes estão em risco devido à crescente insegurança, combinada com os efeitos da pandemia COVID-19. Esta pandemia colocou uma pressão adicional sobre sistemas e instituições. 150 casos foram contabilizados até 1 de outubro de 2021, os quais se concentram em Cabo Delgado, Nampula e na Província (e cidade) de Maputo.

O Governo de Moçambique, ciente dos desafios de desenvolvimento nas províncias do Norte do país, nomeadamente, Niassa, Cabo Delgado e Nampula, e da necessidade de adoptar uma abordagem multidisciplinar e que conte com o apoio dos parceiros de desenvolvimento, aliou-se ao Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Nações Unidas e União Europeia para desenvolver uma Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte (ERDIN).

A metodologia *Recovery and Peacebuilding Assessment* (RPBA), foi utilizada para o desenvolvimento da estratégia. Esta metodologia permite a utilização de uma abordagem padronizada e internacionalmente reconhecida, para identificar as causas subjacentes e impactos de um conflito ou crise, e assistir no desenvolvimento de uma estratégia para identificação de prioridades para a recuperação sócio-económica e a construção da paz. E é neste sentido, e em reconhecimento do tempo necessário para atingir objectivos de desenvolvimento, que, apesar da ERDIN se referir a *desenvolvimento*, ela visa a recuperação e retoma, no espaço temporal de 5 anos, para que, aquando da sua conclusão, a base para o desenvolvimento económico e social seja reestabelecida.

A ERDIN tem como visão: por uma região norte integrada, em Paz e harmonia, mais segura, socialmente coesa, em crescimento económico, com inclusão e participação. A sua missão é promover a construção da Paz, a reconstrução do contrato social entre o Estado e o cidadão e a recuperação económica, alicerçadas na participação das comunidades, com inclusão de mulheres, jovens e grupos vulneráveis, de forma sustentável e resiliente, com respeito aos direitos humanos.

A estratégia visa abordar as raízes da pobreza, exclusão, desigualdade, deficiente capital humano e a falta de ganhos de desenvolvimento no Norte, bem como as causas do extremismo violento na Província

¹ Relatório IOM DTM, Setembro 2021.

de Cabo Delgado². Em termos de resiliência, a ERDIN define os resultados para reconstruir a governação e o tecido social e económico no Norte e visa apoiar as capacidades das comunidades locais para gerir choques climáticos ou de outra natureza. A ERDIN integra, ainda, as questões transversais de direitos humanos, género, juventude e resiliência climática. As questões transversais são de crucial importância no desenvolvimento de uma estratégia de construção da paz e recuperação económica, uma vez que: a juventude está no epicentro do conflito e constitui per si parte determinante para a solução do conflito; as mulheres e raparigas representam aproximadamente 52%³ da população de Niassa, Cabo Delgado e Nampula e são, portanto, actores fundamentais na coesão social e recuperação social e económica; o respeito a direitos humanos é um dever do Estado e um elemento necessário à reconstrução do contrato social e coesão social e, ainda, esta região estar sujeita a choques climáticos, e ter um potencial substancial no contributo económico advindo da exploração de recursos naturais.

A estratégia foi desenvolvida com base em um largo trabalho analítico, com utilização de dados quantitativos e qualitativos, colectados através de avaliações sectoriais (documento de suporte: Notas Sectoriais), análises do contexto e do conflito (documento de suporte: Contextualização); três rondas de consultas com partes interessadas, incluindo comunidades das três províncias (documento de suporte: Relatórios de Consultas), inquéritos de percepções⁴, imagens de satélite, discussões em grupos focais (documento de suporte: Relatórios dos Resultados das Discussões em Grupos Focais) e um modelo de equilíbrio geral computável (documento de suporte: Impactos do Conflito), notas de reflexão (documento de suporte: Coordenação Regional, Governação e Descentralização no âmbito da ERDIN e documento de suporte: Conteúdo Local) e levantamento das instituições e partes interessadas (documento de suporte: Mapeamento de Instituições e Actores no Norte de Moçambique).

A ERDIN é guiada pelos seguintes **princípios**:

1. Apropriação e participação a níveis nacional, local e comunitário.
2. Estabelecimento de plataformas efectivas de consulta e diálogo, flexibilidade e comunicação.
3. Complementaridade com outras iniciativas.
4. Reforço da resiliência institucional e comunitária.

II. Contextualização

As províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula, no conjunto, albergam uma população na ordem dos 10.4 milhões de habitantes⁵, equivalente a 36% da população moçambicana, e ocupam um território de 293,287 Km². Estas províncias possuem um nível mais elevado de pobreza quando comparadas com a região centro e sul do país, tendo Niassa e Nampula índices de prevalência de pobreza na ordem dos 67% e 65%, respectivamente, e Cabo Delgado 50%, de acordo com IOF (2014/2015). O Índice de Pobreza Multidimensional, disponível a nível distrital, também mostra que a taxa de pobreza é particularmente prevalente nos distritos costeiros de Nampula e Cabo Delgado (figura 1). Como toda a

² Cabe ressaltar, com relação ao aspecto religioso, que “o grupo foi-se militarizando sem, no entanto, ter uma elaboração teológica sofisticada nem uma ideologia claramente definida, apesar de reclamar a prática de um Islão fundamentalista. Todavia, é importante referir que o grupo tinha uma forte propaganda que se estruturava em torno de uma oposição explícita, por um lado, às políticas do governo e, por outro, às lideranças islâmicas locais.” – “Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique – o Caso de Mocimboa da Praia” – Saide Habibe, Salvador Forquilha e João Pereira – Cadernos IESE, n. 17, Setembro 2019.

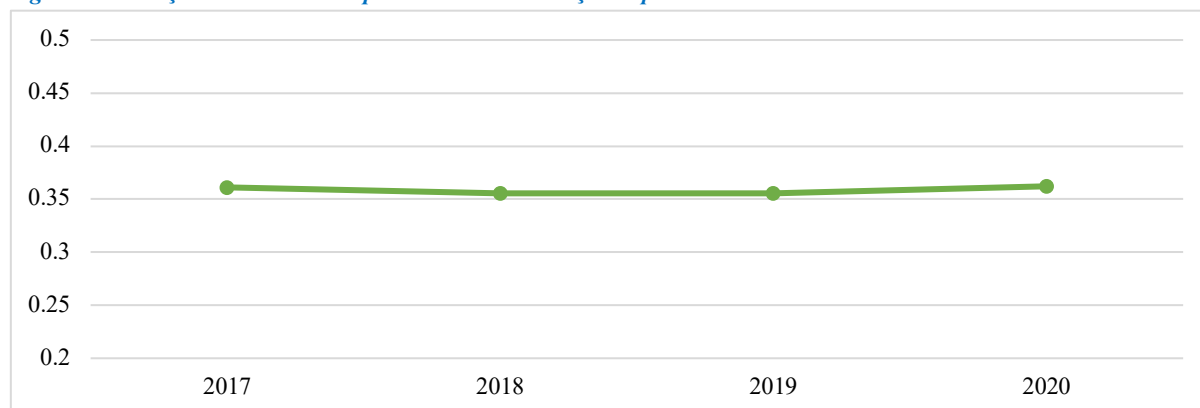
³ “Mulheres e Homens em Moçambique”, Instituto Nacional de Estatísticas (INE), 2017.

⁴ Cabe ressaltar que os dados quantitativos colectados foram limitados pela escassez de dados disponíveis, dificuldades de acesso e limites impostos pelo tempo disponível para o desenvolvimento da estratégia, bem como limitações impostas em função da pandemia COVID-19. No inquérito de percepções, por exemplo, somente foi possível utilizar uma amostra limitada de agregados familiares.

⁵ Projectão para 2019, baseada no censo de 2017.

a percentagem de mulheres grávidas que têm quatro consultas de cuidados pré-natais é substancialmente abaixo da média nacional (62%) em Niassa (46%) e Cabo Delgado (45%).¹²

Figura 2: Evolução do Índice de Capital Humano em Moçambique



Fonte: Base de dados do Índice de Capital Humano

A insegurança alimentar e a desnutrição no país são crónicas. Nas três províncias, Niassa, Nampula e Cabo Delgado, 48,37% da população está em situação de insegurança alimentar.¹³ No Norte, 51,4% das crianças com menos de 5 anos de idade sofrem de desnutrição crónica, enquanto a média nacional é de 43%¹⁴. A província mais severamente afectada é a de Cabo Delgado, principalmente por causa da situação de conflito nos distritos de Quissanga, Macomia, Mocímboa da Praia e Nangade e a situação de alerta nos distritos de Balama, Palma, Mecúfi e Meluco.¹⁵

A maioria da população moçambicana (65%) vive em zonas rurais com base na agricultura de subsistência, altamente dependente das condições climáticas e sem uso de insumos agrícolas (irrigação ou maquinaria). A população rural vive com elevado nível de pobreza 56%, (IOF 2014-2015). Segundo o IOF 2014/15¹⁶, cerca de 8 em cada 10 pessoas pobres de todo o país encontram-se no espaço rural. Nas zonas costeiras as comunidades vivem de pesca artesanal. As áreas urbanas estão concentradas a volta das capitais provinciais, nomeadamente Lichinga (Niassa), Pemba (Cabo Delgado) e Nampula (Nampula).

Nas áreas mais integradas nas zonas urbanas (em torno dos municípios de Montepuez, Mueda e Mocímboa-da-Praia) os índices de analfabetismo são inferiores a 40%. No entanto, na região sudoeste da província e no Distrito de Palma as taxas de analfabetismo ultrapassam os 70%.¹⁷ O crescimento urbano e planificado e os municípios e distritos têm um défice de instrumentos de planificação e ordenamento territorial.

A comunicação entre o Norte e o resto do país é dificultada por infraestruturas e rodovias deterioradas, não existência de estradas ou em péssimo estado de transitabilidade, falta de meios de transporte para a

¹² Relatório do Inventário Nacional sobre a Disponibilidade e Prontidão de Infraestruturas, Recursos e Serviços de Saúde (SARA), MISAU, 2018.

¹³ Relatório do Estudo de Base de Segurança Alimentar e Nutricional 2013, Ministério da Agricultura, Novembro 2014. Segundo este mesmo relatório, as taxas de insegurança alimentar por província são: Niassa: 43,6%; Cabo Delgado: 51,4% e Nampula 50,1%.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Relatório Anual 2020 - Direcção Provincial de Saúde.

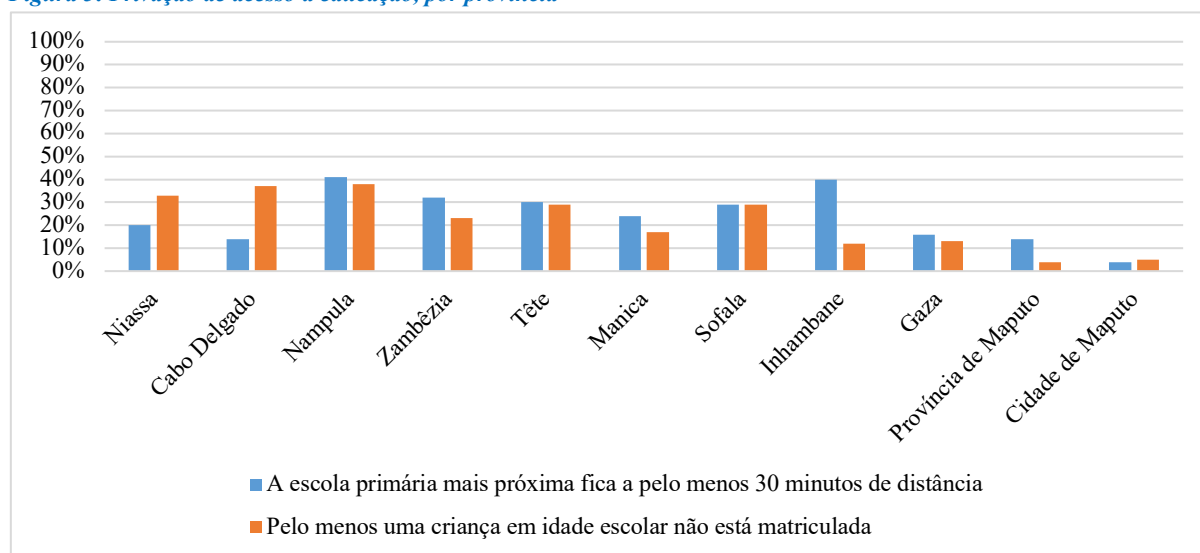
¹⁶ Ao momento da conclusão da elaboração da ERDIN, o IOF 2019/2020 foi publicado. No entanto, não tivemos o tempo necessário para processar os dados e reflecti-los nesta estratégia, razão pela qual usamos o IOF 2014/2015 como referência.

¹⁷ “Assimetrias Sociais – pistas para entender o alastramento do jihadismo islâmico em Cabo Delgado”, João Feijó, Friedrich Erbert Stiftung, 2020.

maioria da população. No interior de cada província as vias de acesso, estradas secundárias e terciárias e pontes são susceptíveis de intransitabilidade na época chuvosa.

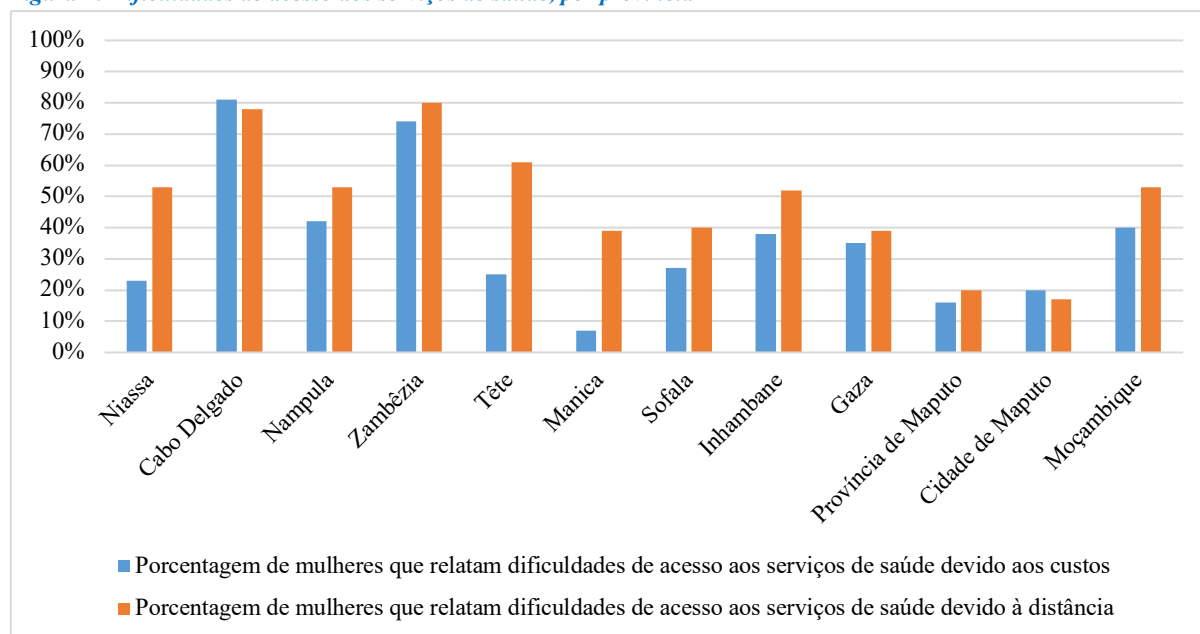
A provisão de serviços básicos prestados pelo Estado e autoridades locais, são severamente deficitários (figuras 3 e 4), do ponto de vista de pessoal qualificado e financeiro, com um impacto negativo a longo prazo nos sectores da saúde, educação e também na qualidade de vida da população. Esta provisão de serviços sofreu, ainda, a pressão criada pelo grande crescimento populacional, bem como a migração para centros urbanos, que combinados criaram deficiências adicionais – incluindo o acesso a moradias adequadas - notadamente nas áreas periurbanas e de assentamentos informais.

Figura 3: Privação de acesso à educação, por província



Fonte: IOF 2014/15

Figura 4: Dificuldades de acesso aos serviços de saúde, por província

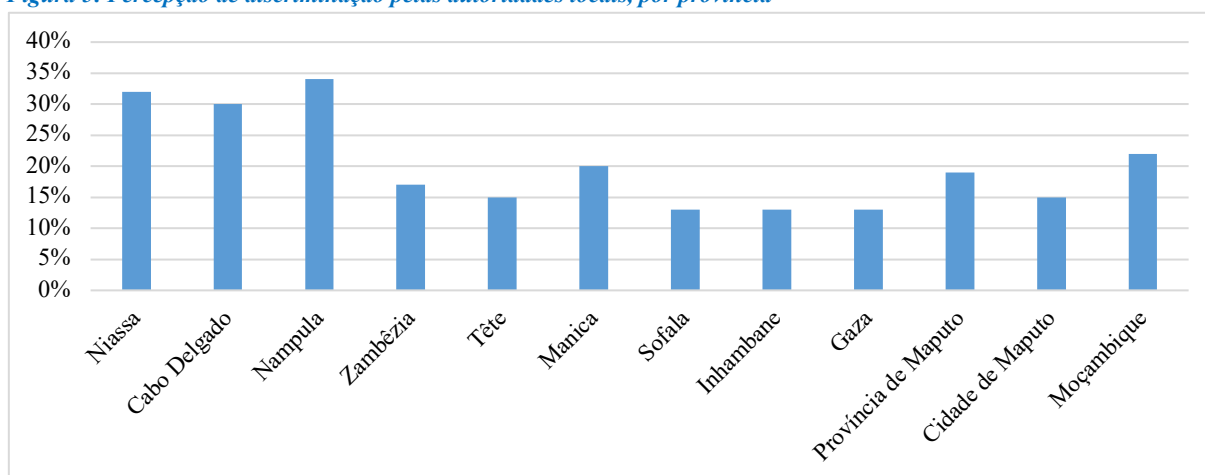


Fonte: Demographic and Health Survey (DHS) 2011

Em comparação com a média nacional, as percepções de discriminação são mais altas nas três províncias do Norte, Niassa, Cabo Delgado e Nampula (figura 5), e o nível de confiança nas instituições

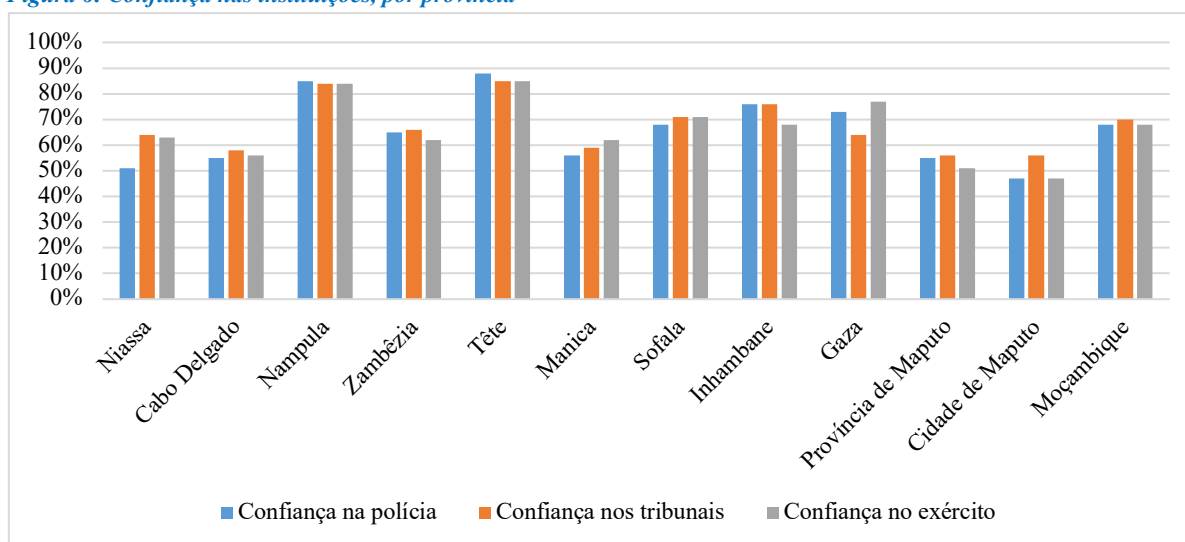
locais e a percepção de transparência dos governos locais é mais baixo (figura 6 e 7). Em entrevistas, as organizações da sociedade civil em Cabo Delgado e Nampula, manifestaram preocupações quanto à participação significativa da população em processos de tomada de decisão, bem como quanto à politização das existentes plataformas de consulta. A isto se adiciona o facto de que os mecanismos para contestação pacífica e engajamento cívico que incluam os distintos grupos sociais e demográficos – em particular os jovens – sejam limitados, o que também contribui a alimentar as percepções de exclusão e discriminação.

Figura 5: Percepção de discriminação pelas autoridades locais, por província



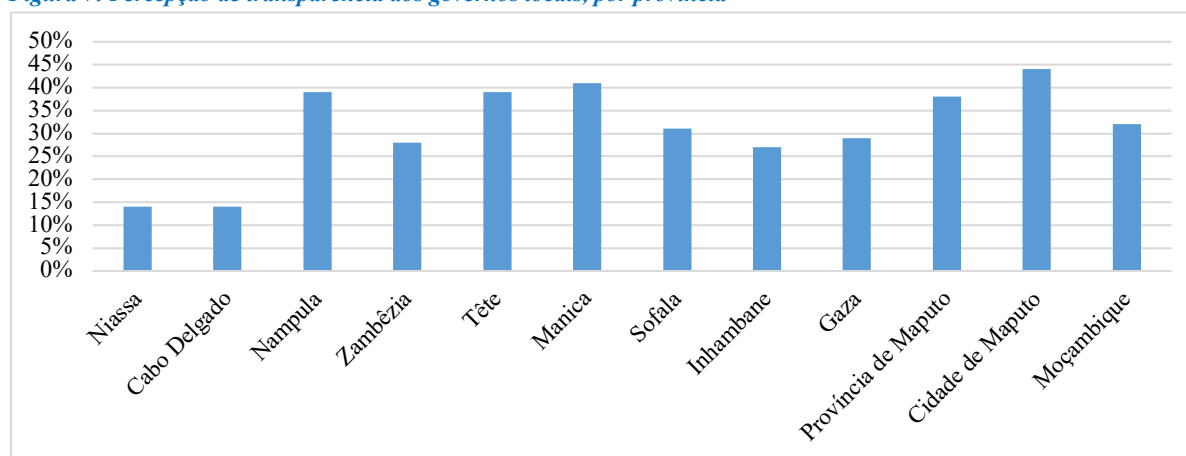
Fonte: Afrobarometer 2018

Figura 6: Confiança nas instituições, por província



Fonte: Afrobarometer 2018

Figura 7: Percepção de transparência dos governos locais, por província



Fonte: Afrobarometer 2018

O sistema de justiça enfrenta fraquezas estruturais, a extensão dos serviços judiciais não é abrangente, para além das barreiras linguísticas e de distância existentes. O custo da justiça é amplamente entendido como o “divisor de águas” em termos de acesso à justiça, as deficiências no quadro jurídico e os elevados custos judiciais prejudicam o acesso à justiça, tendo em conta as taxas de pobreza. Os resultados das discussões em grupos focais mostram que a confiança nas forças de segurança pública é também limitada, devido, entre outros, a alegações de violação de direitos humanos e corrupção, o que contribui para o sentimento de alienação da população, e isto num contexto onde os canais para recursos quanto a potenciais violações são limitados. A isto se junta ainda a ausência de um processo nacional e comunitário de reconciliação e diálogo.

A despeito desses desafios, as províncias do Norte são dotadas de inúmeros recursos naturais donde se destacam os recursos florestais, minerais e hidrocarbonetos. A Província de Cabo Delgado, com maior incidência em 2010, passou a constituir um importante palco de investimentos nos sectores do turismo, florestal e indústria extractiva. Estes investimentos geraram relativa riqueza e emprego, mas também tiveram consequências indesejáveis, notadamente para a população rural, com a ocorrência de expulsões ou reassentamentos, o que privou esta população dos seus meios de subsistência e diminuiu a sua capacidade de produção de alimentos, aumentando a exclusão sócio-económica e a migração para centros urbanos. Houve também, um aumento de conflitos sobre terra e recursos a nível das comunidades.

Mais recentemente, os investimentos na área do petróleo e gás e pedras preciosas atraíram milhares de imigrantes oriundos de vários países africanos e criaram nas comunidades locais a percepção de ameaça externa entre a juventude local, alegando que as oportunidades beneficiam sobretudo os do “Sul” ou de “Maputo”, e “estrangeiros”. Apesar do aumento do investimento na região, nas zonas da costa destaca-se a convicção de que pouco tem sido feito em prol da população local maioritariamente muçulmana.¹⁸ As percepções de injustiça na distribuição dos benefícios e oportunidades decorrentes das actividades extractivas, combinados com a falta de clareza no uso local de tais benefícios e o deslocamento populacional gerado por tais actividades – com consequências nefastas frequentes na resiliência, acesso a meios de vida e inclusão sócio-cultural de tais pessoas - vêm ainda adicionar-se a este quadro.

A preferência de trabalhadores estrangeiros é notada em várias áreas de actividade, desde os grandes projectos relacionados com petróleo e gás, aos pequenos negócios relacionados com moageiras e

¹⁸ Sekelekani, 26.10.2018 e VOA Português 16.01.2018.

contentores de venda de produtos. A mineração artesanal é uma actividade importante para geração de renda para as comunidades locais. Os mineradores artesanais, que trabalham frequentemente de forma informal, enfrentam a constante incerteza sobre a possibilidade de exercer esta actividade, sendo frequente e repetidamente expulsos das suas áreas de actividade. A imigração crescente de trabalhadores de outras províncias e países vizinhos (Tanzânia), que frequentemente têm melhores qualificações profissionais e, portanto, ocupam os cargos/actividades de melhor remuneração, também contribuiu para o aumento de conflitos locais, particularmente entre os jovens marginalizados e os imigrantes. Este fenómeno é ilustrado pelos acontecimentos na mina de Montepuez (MRM – Montepuez Rubi Mining).

A existência da pobreza generalizada nas províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula é transversal a todos os grupos etnolinguísticos, não obstante nos centros urbanos e no planalto maconde se registarem, ligeiramente, melhores condições habitacionais e melhor acesso a determinados bens de consumo. Apesar disso, os dados do censo de 2007 não mostram a existência de um grupo etnolinguístico que se destaque claramente dos restantes, pelas suas condições sócio-económicas.

Apesar da existência de inúmeros grupos etnolinguísticos, a província de Cabo Delgado é geralmente associada à presença de três grupos maioritários, designadamente; Macuas, Macondes e Muanis. O *emakhuwa* constitui a língua materna de 67,1% da população da província e trata-se de um grupo heterogéneo maioritariamente associado à religião islâmica nas zonas costeiras, mas com uma forte penetração cristã nas regiões do interior. Em segundo lugar o *shimakonde* surge no censo de 2007 como língua materna de 20% da população concentrada no Planalto de Mueda e com presença no litoral norte de Cabo Delgado e em centros de presença militar como Montepuez, Pemba, Nampula e Maputo. Trata-se dum grupo maioritariamente cristão e cuja actividade económica principal é a agricultura, complementada com a pecuária. Em terceiro lugar e representando 5,9% da população da província, o grupo *mwani* falante de *kimwani*, predominante ao longo da costa de Cabo Delgado a norte de Pemba, do Ibo até ao Rovuma, maioritariamente islâmica, que se dedica principalmente à pesca, que conjuga com a pequena agricultura alimentar, assim como a actividades comerciais. O português (3,4%) e o *kiswahili* (1,1%) surgem como a quarta e quinta língua materna.¹⁹

As províncias do Norte apresentam ainda especificidades culturais e sócio-económicas nas suas áreas fronteiriças. As regiões fronteiriças das províncias do Niassa e Cabo Delgado têm características distintas.²⁰ Os distritos fronteiriços, e a região mais vasta do Norte, caracterizam-se pelo enredamento e as ligações através das fronteiras. A cultura e a economia das regiões setentrionais têm sido orientadas para o comércio com o Malawi, Tanzânia, e o Oceano Índico.

O desenvolvimento histórico e político no Norte teve consequências ainda hoje visíveis. Uma representação largamente partilhada no norte de Moçambique, sobretudo entre a população *mwani*²¹ relaciona-se com a existência de diferentes oportunidades etnolinguísticas de acesso à riqueza, que se consubstanciam em desigualdades étnicas e que desafiam a integração sócio-política do território ou a constituição de uma identidade nacional.

¹⁹ João Feijó – Assimetrias sociais, pistas para estudar o alastramento do jihadismo islâmico em Cado Delgado.

²⁰ Isso reflecte os resultados e análises internacionais sobre as características e dinâmicas distintas das regiões fronteiriças, onde o nexo de segurança e desenvolvimento é muitas vezes o mais dinâmico.

²¹ Bonatte, 2002, Santos 2010.

Desde o período colonial até 1942, o Centro e o Norte foram divididos em zonas administrativas separadas, o que fomentou a fragmentação e dificultou o estabelecimento de sistemas legais, económicos e administrativos comuns. O Sul tem uma economia baseada no comércio do ouro, enquanto o Norte desenvolveu uma tradição agrícola. A linha de costa do Norte favoreceu as trocas culturais e comerciais com o Oceano Índico. A população costeira do Norte recebeu uma forte influência da cultura *swahili* e tem uma grande população muçulmana. Estas diferenças regionais foram exacerbadas pela falta de infraestrutura que conecte o Norte ao resto do país, bem como padrões de migração, os quais são mais fortes para países vizinhos do que entre Norte e Sul do país.

Ao longo dos últimos dois séculos a Província de Cabo Delgado tem assistido a um conjunto de transformações político-económicas que se traduziram em reconfigurações das relações de poder na região. O percurso histórico seguido no Norte, desde o tempo colonial e mesmo em torno da luta pela independência nacional, foi marcado por uma maior estagnação sócio-económica e diminuição da representatividade e participação política, quando comparado ao resto do país. As relações entre certos grupos e as autoridades centrais foram historicamente marcadas por desconfiança.²² Algumas políticas do passado reforçaram a exclusão sistémica e institucional de certos grupos da população (particularmente muçulmanos), levando muitos indivíduos a aderir aos movimentos independentistas que emergiam no exílio.²³ A grande preocupação de muitos macuas refugiados em Zanzibar era que a independência significasse o exercício da sua *muçulmanidade*.²⁴

Estas são também as províncias com a maior discrepância entre os indicadores de desenvolvimento humano e de género, implicando uma situação particularmente difícil para as mulheres em comparação com os homens. As mulheres fazem face a desafios específicos, que se relacionam com a sua exclusão política e social, bem como altas taxas de violência de género e oportunidades limitadas de emprego. As mulheres têm acesso e controlo desiguais sobre os factores de produção e os recursos naturais, e ainda uma participação limitada na tomada de decisões, nas mãos dos homens, tanto na esfera pública quanto privada.

Nas consultas de campo, as mulheres jovens foram descritas como sendo mais privadas dos seus direitos e constrangidas na sua participação aquando de reuniões com pessoas em posições de liderança, sobretudo devido a práticas culturais de casamento precoce e a dinâmicas de desigualdade de género.²⁵ Além do mais, o abuso sexual e a união prematura são factores que contribuem para baixar as taxas de ingresso e de conclusão de estudos das raparigas no Norte de Moçambique e a falta de informação e educação resulta numa baixa procura de Serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva (SSRD).

Desde finais de 2017, a Província de Cado Delgado, no extremo norte de Moçambique, transformou-se num palco de violentos conflitos armados, inicialmente confinados às zonas da costa, maioritariamente islâmicas, e caracterizadas por um largo historial de exclusão, assistindo-se nos anos seguintes a uma maior capacidade de penetração para o interior e para o sul. A figura 8, abaixo, apresenta os focos de conflito, bem como o movimento de deslocados. Deste mapa vê-se que os efeitos do conflito já se alastram às três províncias, havendo ainda riscos concretos que o conflito e os seus efeitos se estendam ainda mais às províncias de Niassa e Nampula.²⁶

²² Alpers, 1999:171

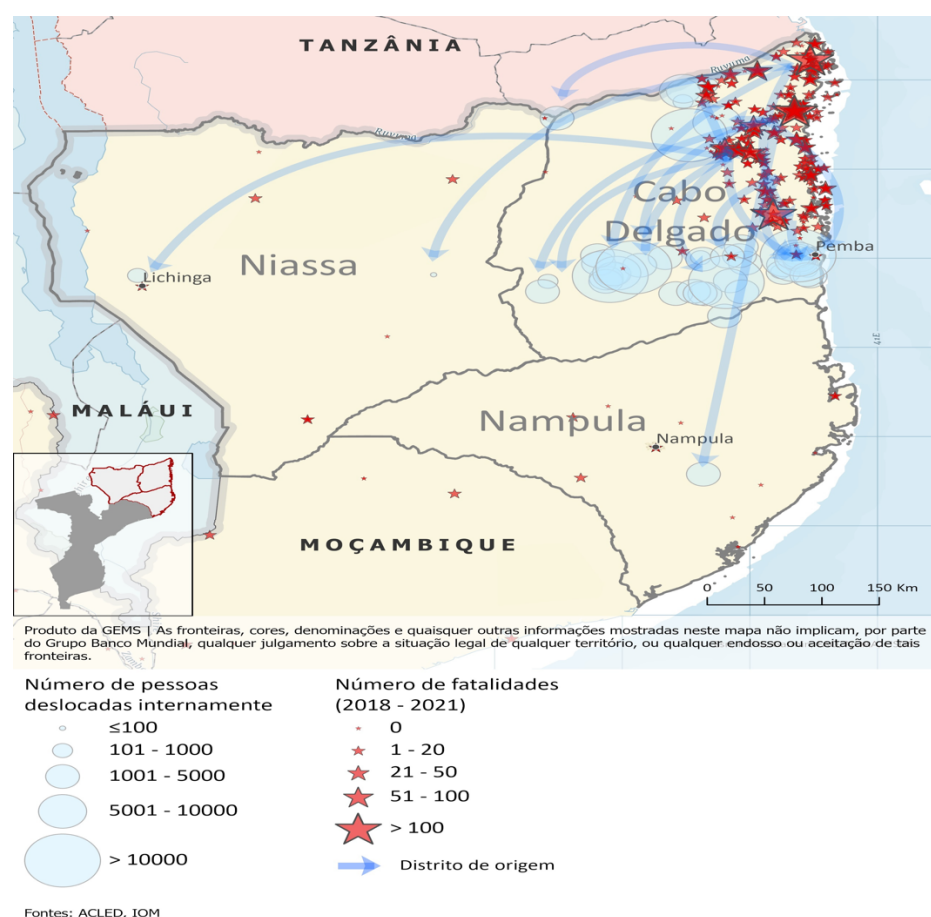
²³ Macagno 2006:183-187; Bonate, 2013:59

²⁴ Macagno, 2006:142

²⁵ Ver documento de suporte: Relatórios de Consultas.

²⁶ A 14 de outubro, foi noticiado na STV que o comandante da força conjunta da SADEC Mpho Molomo, disse em conferência de imprensa que os insurgentes estão a dispersar-se para o sul do rio Messalo, entre as províncias de Niassa e Cabo Delgado.

Figura 8: Focos de conflito e movimentos de deslocados



As origens desta insurgência estão ligadas ao percurso histórico do Norte (Cabo Delgado em particular) acima descrito, incluindo o seu papel como berço do movimento pela independência. Também estão na origem desta insurgência as percepções de desigualdade, exclusão e marginalização, que datam do período de independência, e são ainda mais pungentes tendo em vista a riqueza e potencial económico da região (terceira maior reserva de gás liquefeito do mundo, larga costa, biodiversidade e fontes de energia). Estas percepções, são particularmente forte entre os jovens.

Apesar de não existir consenso sobre as motivações responsáveis pelas decisões de participação em grupos extremistas violentos, a literatura existente²⁷, entrevistas realizadas a moradores de Mocímboa da Praia permitem constatar que, entre a base social de recrutamento para o grupo de insurgentes *Al-Shabab*, como é localmente conhecido, destaca-se uma forte presença de jovens locais recrutados dos distritos costeiros da província de Cabo Delgado e Nampula, nomeadamente, Mocímboa da Praia, Macomia, Memba, Nacala-a-Velha e Nacala-Porto, que se juntaram ao grupo de insurgentes sob promessas de pagamento de valores monetários, emprego, em alguns casos bolsas de estudo no estrangeiro. As redes informais de amigos e laços de parentesco, foram fundamentais para o processo de recrutamento de jovens. O grupo dos *Al-Shabab* de Mocímboa da Praia usa redes sociais como o *Facebook*, *Twitter*, *WhatsApp* e vídeos para recrutar combatentes.

²⁷ Habibe, Salvador Forquilha e João Pereira – Cadernos – IESE nº 17.

No caso de Mocímboa da Praia²⁸, de acordo com as entrevistas realizadas no terreno, as motivações dos jovens eram de vária ordem: (i) necessidade de sobrevivência (mais de metade da população vive abaixo da linha de pobreza); (ii) baixo nível de escolaridade (sem qualificações profissionais e com responsabilidades por enormes agregados familiares); (iii) falta de emprego (vivem na miséria e com dificuldades de integração social); (iv) descontentamento com a governação local; (v) fantasias pessoais ligadas ao sentimento de pertencer a um grupo, busca de aventura, camaradagem, de propósito de vida e de identidade, estas últimas integrando outras causas fora das motivações sociais, económicas, políticas e mesmo religiosas. Outrossim, marginalizados e impossibilitados de ter um impacto no que quer que fosse, para estes jovens juntar-se ao grupo dos *Al-Shabab* era uma maneira de desafiar as antigas lideranças das mesquitas de Mocímboa da Praia, acusando-as de fazerem parte do governo, acreditando que integrar o *Al-Shabab* estariam a “lutar por alguma coisa”.²⁹

Os factores endógenos do conflito, incluem, portanto, fenómenos de assimetrias sócio-económicas, e de frustração de expectativas sociais relacionadas com a exploração de recursos naturais, sobretudo entre a juventude local, consolidando-se uma economia extractiva com fraca relação com o tecido económico local e pouco geradora de emprego. Isto vem adicionar-se a factores de percepção de exclusão política e económica, agravados pelo lento progresso na descentralização e mecanismos ineficazes de participação, bem como percepções de marginalização e exclusão. A juventude, em particular, sente-se em constante estado de espera. Há um padrão de exclusão dos jovens na consulta e da tomada de decisões a diferentes níveis. Os jovens são frequentemente excluídos das funções decisórias, para além de terem um espaço limitado para se envolverem e participarem a nível comunitário, distrital e provincial. Há uma percepção entre os jovens de que lhes falta a oportunidade de expressar os seus pontos de vista de uma forma significativa e segura.

Os factores exógenos fazem sobressair o relacionamento com células extremistas da África Oriental, ou com a confluência de diversos interesses económicos no Canal de Moçambique, relacionados não só com o controlo de um corredor energético, mas também de rotas ilegais de droga, pedras preciosas madeira e marfim. As fronteiras internacionais porosas - terrestres e marítimas - são atractivas para as redes de comércio ilícito que tiram partido da extensa linha costeira de difícil patrulhamento e do espaço terrestre. Estas redes operavam na região antes do conflito, reflectindo factores que incluem o subdesenvolvimento em Cabo Delgado.³⁰ A falta de medidas eficazes para combater a passagem de redes ilícitas através de Cabo Delgado contribuiu para a crescente rentabilidade de negócios ilícitos na província.

A estes factores do conflito, se opõem **factores de resiliência** a serem reforçados na implementação da ERDIN. Estes incluem o papel moderado de líderes religiosos, o que promove a resiliência e a mediação, particularmente relevante para fazer face ao extremismo violento, bem como as oportunidades criadas pela sociedade civil para criar espaços cívicos que permitam a contestação pacífica, a defesa de interesses e liberdade de expressão.

Instituições tradicionais e redes sociais informais são actores importantes de promoção da coesão social, organizações da sociedade civil são ainda actores activos na linha de frente quando uma crise acontece, seja ela devida a desastres naturais, epidemias ou violência. As mulheres têm um papel particularmente importante como actores de resiliência. O potencial das actividades extractivas é outro factor de resiliência digno de nota, tendo em vista a base para recuperação económica que pode representar.

²⁸ Habibe, Salvador Forquilha e João Pereira – Cadernos – IESE nº 17.

²⁹ Habibe, Salvador Forquilha e João Pereira – Cadernos – IESE nº 17.

³⁰ Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional 2020.

O conflito teve até a data um alto custo em vidas, bem como em destruição de capital humano e social. Tal impacto é mais concentrado ao nível local, mas pode também ser sentido a nível nacional, tanto quanto à degradação da coesão social como quanto à pressão sobre o orçamento do Estado. Ademais, estes impactos podem ainda tornar-se mais profundos, caso o conflito se agrave e se alastre a outras regiões. Este quadro exige, portanto, uma resposta imediata e multidisciplinar, que cubra não só as áreas já atingidas pelo conflito, como também aquelas em que efeitos de alastramento possam ocorrer.

Figura 9: fatalidades Maio de 2018 – Setembro de 2021



Fonte: The Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED), Setembro 2021.

O impacto mais imediato e pungente do conflito é na lastimável perda de vidas, bem como na deslocação de população em grande escala, com as consequências humanitárias que isto acarreta. 90% dos deslocados permaneceram em Cabo Delgado, dos demais, a maioria foi para Nampula (aproximadamente 67.000) e os restantes dividiram-se entre Niassa, Zambézia e Sofala.³¹ Esta deslocação por si só é um potencial factor de agravamento da situação tendo em vista a pressão adicional que cria não só para esta população, como também para as comunidades que a recebe.

O conflito exacerbou, ainda, o *deficit* de coesão social. O número de pessoas sem documentos aumentou, o que diminui a capacidade de acesso a serviços e agrava as percepções de exclusão. O espaço cívico sofreu uma forte contracção, fruto das restrições ao acesso à informação, entraves à liberdade de expressão e de imprensa e do aumento do nível de risco para defensores de direitos humanos.

O impacto na coesão social é de difícil quantificação, tendo em vista a escassez de dados disponíveis. No entanto, um impacto negativo é visível e gera preocupação quanto a efeitos adicionais do conflito, tendo em conta o contexto socio-económico acima descrito. As discussões em grupos focais indicam a presença de crescentes tensões entre os deslocados e as comunidades de acolhimento, com relação à distribuição de benefícios e acesso a meios de subsistência (terra e emprego). Apesar da solidariedade

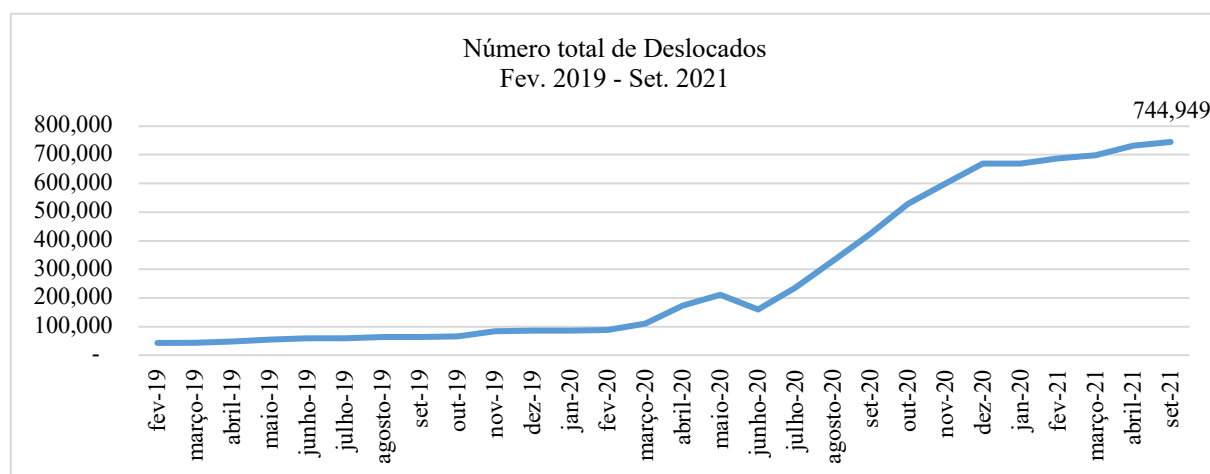
³¹ Para uma descrição mais detalhada da situação da população deslocada e humanitária, ver Plano de Resposta Humanitária para Moçambique 2021.

e cooperação presentes, em algumas áreas deslocados relatam tensões crescentes e discriminação.³² Algumas dinâmicas mencionadas aquando das consultas conduzidas para a preparação da ERDIN podem afectar a coesão.³³ Dentre estas, destacam-se percepções de tratamento desigual no acesso a serviços e ajuda, entre deslocados e comunidades de acolhimento e ainda a percepção entre jovens das comunidades de acolhimento, de que os deslocados estão em uma melhor situação e que a sua chegada diminuiu as oportunidades de trabalho para as comunidades de acolhimento. Este quadro é agravado pelo sentido geral de exclusão de mecanismos de tomada de decisão e estruturas de consulta.

O conflito também sobrecarregou os sistemas de prestação de serviços e assoberbou os mecanismos de resposta, que já estavam sob alta pressão em resultado do impacto dos ciclones *Idai* e *Kenneth* e, mais recentemente, da pandemia COVID-19. O influxo de deslocados também acelerou o processo de urbanização. Ademais, o conflito em Cabo Delgado teve impacto na segurança das comunidades da província, tendo colocado pressão adicional sobre uma força policial já com poucos recursos e resultou num custo humano para a força policial, devido ao seu envolvimento em hostilidades.³⁴ Estes factores adicionam-se às tensões crescentes e as fomentam, compondo assim um quadro de tensão e instabilidade social.

Ademais, o significativo nível de trauma psicossocial gerado pelo conflito é visível e agravado pelo efeito cumulativo com a pandemia COVID-19 e os desastres naturais que ocorreram em 2019 e 2020. O constante medo, depressão, falta de sono e deficiência de fala são sintomas que já estão presentes em grande escala e documentados. O acesso limitado a serviços de saúde mental e a perturbação dos sistemas de suporte comunitários e familiares, agravarão ainda mais estes impactos, que são tanto imediatos quanto de longo prazo.

Figura 10: Evolução do número de deslocados desde 2019



Fonte: IOM, Displacement tracking Matrix, Fevereiro de 2019 a Setembro de 2021

Não obstante dever-se manter o foco sobre o impacto humano e no impacto na coesão social, tendo em vista os factores subjacentes do conflito, os danos à infraestrutura (incluindo portos, pontes, estradas, prédios, telecomunicações e infraestrutura de energia) são extensos e afectam tanto a provisão de serviços como a economia local. Estabelecimento administrativos e privados foram destruídos,

³² Ver documento de suporte: Relatórios de Consultas e Relatório das Discussões em Grupos Focais.

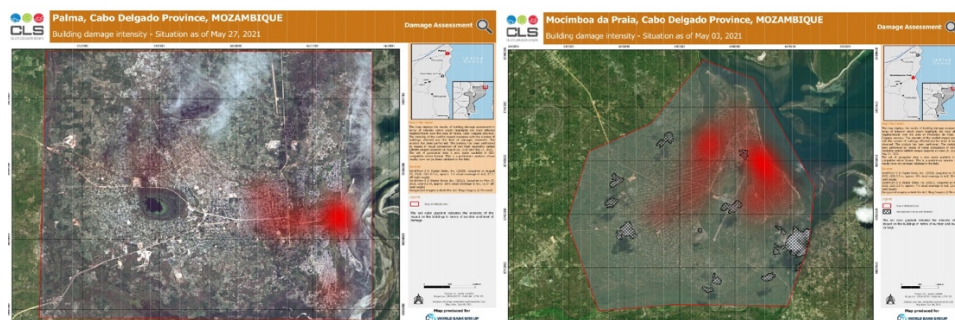
³³ Ver documento de suporte: Relatórios de Consultas.

³⁴ Cabo Delgado Weekly 2020.

tribunais, escolas, postos de polícia e hospitais se transformaram em alvos deliberados. Apesar de não ser ainda possível uma total quantificação dos danos à infraestrutura, estes são de mais fácil verificação e, portanto, sobre eles pode-se apresentar um quadro mais completo.

Uma análise comparativa preliminar das imagens de satélite de 7 localidades de Cabo Delgado, entre 2019/2020 e Maio/Junho 2021 mostra aproximadamente 100 quilómetros de danos a edificações e estradas em: Diaca, Mingualewa, Mocímboa da Praia, Awasse, Palma, Pundanmar e Quissanga, o que representa uma destruição de mais de 50% dos edifícios previamente existentes. Mocímboa da Praia sobressai como a localidade mais afectada em termos de destruição ou danos a edifícios (2,225), seguido por Palma (1,297). Os sectores da educação e saúde foram os mais atingidos, com 36% dos estabelecimentos danificados ou destruídos. Segundo o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 39 dos 55 estabelecimentos de saúde (55%) em 9 dos distritos de Cabo Delgado impactados pelo conflito não estão operacionais. Mais de 686 profissionais de saúde abandonaram os seus postos de trabalho devido à falta de segurança. Os ataques a estabelecimentos de saúde aumentaram de 3 em 2019 a 14 em 2020, tendo as escolas em Palma e Mocímboa da Praia sido totalmente destruídas. O levantamento conduzido pelo governo em Cabo Delgado em Agosto do presente ano, cobrindo os distritos de Mocímboa da Praia, Palma e Quissanga, conclui que danos aos edifícios públicos são de tal monta que tornam a sua recuperação inviável. O mesmo levantamento conclui que edifícios ligados a actividades económicas tem janelas e portas partidas e quebradas, o mobiliário e equipamento destruídos, foram incendiados, saqueadas e vandalizadas. Em todos distritos afectados foram destruídas cerca de 2,278 micro, pequena e média empresas (291 unidades industriais de processamento, 1,833 de comércio geral e 154 de serviços).

Figura 11: Imagens satélite intensidade de danos a infraestrutura e crescimento urbano



Fonte: CLS, 2021

É ainda de considerar o impacto negativo no desenvolvimento humano que o conflito já causou, não só no imediato como também para o futuro, uma vez que diminuiu a capacidade de provisão de serviços de saúde e educação, exacerbou a insegurança alimentar e piorou as condições de saneamento.

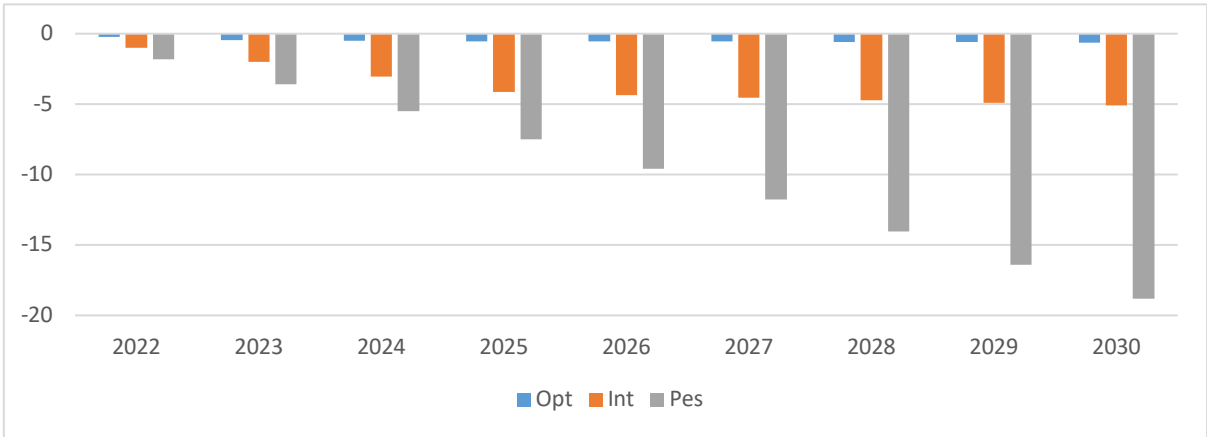
Estimativas actuais apontam para um impacto económico da violência estimado na ordem de 5% do PIB. Em Cabo Delgado, empresas locais viram-se expostas a um alto grau de incerteza e perderam activos e renda. Em finais de Março de 2021, a companhia Total suspendeu as suas operações, com perdas associadas ao conteúdo local estimadas, pela Confederação das Associações Económicas (CTA), a USD 1,2 milhões.

A longo prazo, é provável que o conflito tenha um impacto marco-económico significativo. Um modelo de equilíbrio geral computável foi desenvolvido, de forma a analisar o potencial impacto relacionado ao conflito nas três províncias, a longo prazo. O cenário utilizado para o planeamento da ERDIN supõe

que o Norte poderá continuar a sofrer ataques isolados nos próximos 4 a 5 anos, que o Noroeste de Cabo Delgado sofrerá impactos sociais e económicos adicionais e que o risco de conflito armado se estenderá a Pemba, bem como às províncias de Niassa e Nampula. O cenário supõe ainda que os fluxos de deslocado continuarão a fluir.³⁵

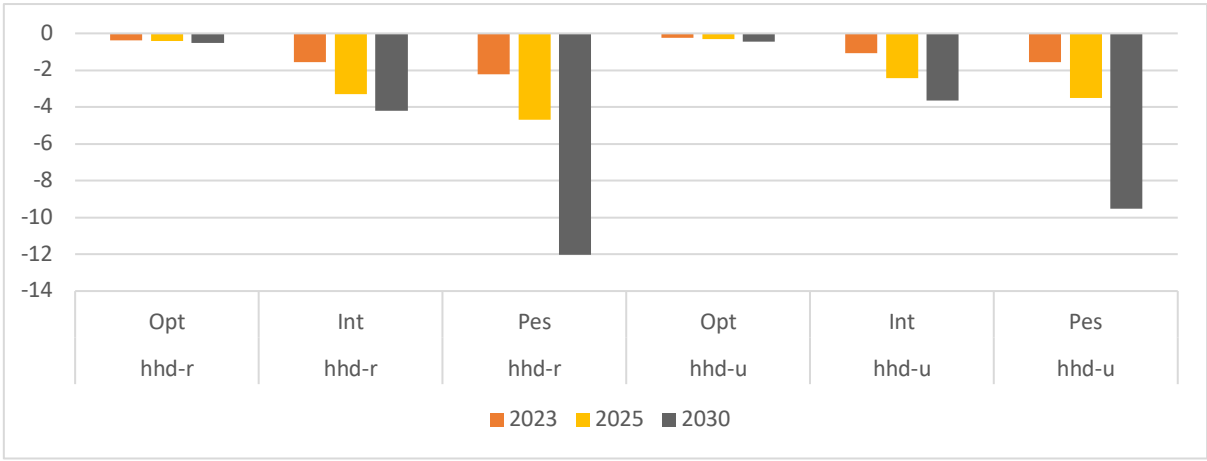
A nível sectorial, o cenário aponta para um impacto na actividade económica de Cabo Delgado da ordem de uma redução de 0,025% do PIB agrário e de 0,491% do PIB da indústria e serviço (excluindo o sector das extractivas), para cada 1% de aumento nos eventos de conflito.

Figura 12: PIB a Preços de Mercado (% desvio do crescimento normal previsto)



A nível do agregado familiar, o modelo prevê que o declínio do rendimento, combinado com preços mais elevados, tenha efeitos graves. É provável que as famílias rurais tenham maiores perdas de bem-estar do que as urbanas. No entanto, um conflito prolongado e mais disseminado poderá resultar em perdas consideráveis de bem-estar, tanto para as populações rurais como urbanas.

Figura 13: Consumo das famílias: rural e urbano (% desvio do crescimento normal previsto)



³⁵ Uma descrição detalhada do modelo de equilíbrio geral computável encontra-se no documento de suporte: Impactos do Conflito.

III. Pilares de Intervenção e Prioridades

Dado que as acções com potencial para a recuperação económica, a construção da Paz e a prevenção de conflitos são diversas, uma avaliação das prioridades das acções a serem desenvolvidas no âmbito da presente estratégia foi feita com base em critérios que respondem à sua visão e missão.

Nesse sentido, as prioridades identificadas resultam de avaliações sectoriais, bem como de consultas com a população e partes interessadas. Os resultados de tais avaliações foram em seguida priorizados, tendo em vista que a ERDIN visa identificar, dentre todas as necessidades das províncias em questão, as prioridades que permitam fazer face às causas directas do conflito, ao seu impacto imediato e promover a Paz, de uma forma visível num espaço de 5 anos. As questões transversais (género, direitos humanos, juventude e resiliência climática) foram objecto de uma análise individualizada, da qual foram derivadas acções específicas, que foram então incorporadas em cada um dos sectores, de forma a torná-las parte íntegra de cada pilar. Adicionalmente, como detalhado no capítulo V abaixo, 50% dos beneficiários de cada intervenção deverão ser mulheres (e raparigas, quando aplicável) e mulheres deverão estar devidamente representadas nas diferentes estruturas de supervisão e coordenação.

Os critérios utilizados para priorização são:

1. Que a actividade contribua de forma imediata e concreta para a construção da Paz e prevenção de conflitos nas províncias do Norte.
2. Que a actividade contribua para eliminar/resolver as causas subjacentes do conflito e reduza a exclusão e marginalização de diferentes grupos e estratos sociais nas províncias do Norte.
3. Que a actividade reforça e legitima a presença do Estado e das instituições e alarga o espaço de participação cívica do cidadão.
4. Que a actividade tenha em devida consideração as questões transversais.
5. Que a actividade seja realista e exequível (tendo em conta a situação de segurança, recursos humanos e financeiros) no espaço de tempo previsto.

As prioridades assim identificadas reagrupam-se em três pilares, descritos abaixo. Os pilares, em conjunto, visam a inclusão política, social e económica de grupos marginalizados. O impacto desejado somente pode ser atingido pela inter-conectividade entre os três pilares, que foi reconhecida durante o exercício de priorização e deverá ser objecto de atenção durante a implementação.

Pilar 1: Apoio à construção da Paz, segurança e coesão social

O Pilar 1 considera questões relacionadas com a construção da Paz resiliente, sustentável e inclusiva; a Segurança e a Coesão Social. A falta de segurança e coesão social, bem como o acesso deficitário à justiça e a mecanismos de diálogo e espaços para contestação, são um dos factores subjacentes do conflito e constituem uma ameaça à recuperação sócio-económica do Norte de Moçambique. A necessidade de promover a unidade nacional é reconhecida no Programa Quinquenal do Governo (2020-2024) que dita que *“A unidade Nacional é fundamental para o alcance da paz e reconciliação nacional, baseada no respeito pela diversidade ideológica e partidária, no diálogo, na tolerância, nas oportunidades para todos, na valorização da diversidade etnolinguística, religiosa e racial, e no contínuo cultivo da moçambicanidade”*³⁶. O inquérito de percepção frisa a construção da Paz como um

³⁶ Programa Quinquenal do Governo 2020-2024, República de Moçambique, parágrafo 58, página 48.

dos desejos mais elevados da população sendo que não existe uma arquitectura de Paz dedicada para responder eficazmente às queixas antes que se recorra à violência.³⁷

Dessa maneira, as acções prioritárias desenvolvidas nesse pilar estão relacionadas à necessidade de se desenvolver capacidades para a Paz, acesso à justiça, segurança comunitária e cooperação transfronteiriça para a Paz e desenvolvimento. Algumas das recomendações, especialmente aquelas relacionadas ao estabelecimento de uma arquitectura da Paz, devem ser aplicadas a nível nacional para garantir que as intervenções locais sejam eficazes e sustentáveis e possam estabelecer os alicerces que previnam a eclosão de futuros conflitos.

O foco deste Pilar está no fortalecimento da resiliência das comunidades afectadas por conflitos, especialmente as populações mais vulneráveis das comunidades deslocadas e acolhedoras. Para tanto, é necessário o enfoque na promoção de capacidades para Paz, na promoção da Reconciliação e Coesão Social, na garantia do Acesso à Justiça, no respeito aos Direitos Humanos, no fortalecimento da segurança da comunidade e a resiliência, Paz e desenvolvimento das comunidades transfronteiriças.

Os objectivos estratégicos do Pilar 1 são:

P1.1 Reforçar a coesão social, incluindo entre deslocados e comunidades de acolhimento

O conflito teve consequências devastadoras na vida e nos meios de subsistência da população das províncias do Norte, gerando ainda deslocamento de população – principalmente para centros urbanos - . Este deslocamento provoca pressão na provisão de serviços, gerando tensões adicionais entre os deslocados e as comunidades de acolhimento. É, portanto, fundamental que se reforce a coesão social entre os diferentes grupos, assegurando uma pronta resposta às necessidades imediatas destes grupos, de forma a diminuir as tensões crescentes e prevenir conflitos secundários.

P1.2 Desenvolver as capacidades do Estado e comunidades para a construção da Paz e Reconciliação, através do diálogo participativo e de acções que contribuam para a prevenção do extremismo violento e radicalismo

A construção da Paz requer sistemas dedicados, bem como capacidades para diálogo e reconciliação, tanto nas comunidades quanto no Estado pois requer um engajamento contínuo e mútuo entre o Estado e o cidadão. O investimento no desenvolvimento de tais sistemas e capacidades, promovendo assim não só o diálogo como aumentando o espaço para contestação civil pacífica, é também fundamental para a prevenção da radicalização e do extremismo violento, uma vez que os jovens, em particular, têm plataformas e oportunidades limitadas para veicular as suas necessidades e opiniões, o que contribui para a percepção de alienação.

³⁷ Bornstein 2008.

P1.3 Apoiar a justiça inclusiva e segurança da comunidade

O acesso efectivo e inclusivo à justiça é crucial para fomentar inclusão, legitimidade do Estado e dar resposta às causas subjacentes do conflito pois fomenta a resolução pacífica de conflitos, bem como aumento a confiança no Estado. Isto deve ainda ser acompanhado de mecanismos que assegurem a responsabilização pelo respeito aos direitos humanos e que permitam recursos efectivos em casos de violação. O investimento nas capacidades das forças de segurança em respeito aos direitos humanos e implementação do policiamento comunitário reforçarão a coesão social, o diálogo entre as comunidades e o Estado e a segurança da comunidade.

P1.4 Facilitar a cooperação transfronteiriça para o reforço da cidadania e negócios.

Os laços históricos das comunidades fronteiriças antecedem as fronteiras nacionais. Estes laços, associados à fraca integração no desenvolvimento nacional, resultam em um isolamento destas comunidades. A sua resiliência é mais baseada nas relações transfronteiriças do que na integração em Moçambique. Por outro lado, a porosidade das fronteiras contribui para actividades ilícitas e insegurança. A cooperação transfronteiriça deve, portanto, promover a cidadania e o comércio, diminuindo assim o isolamento destas comunidades e, ao mesmo tempo, contribuir para fronteiras mais seguras.

Pilar 2: Reconstrução do contrato social entre o Estado e a população

O Pilar 2 visa a reconstrução do contrato social, através da promoção de governação inclusiva e acesso a serviços básicos, ao mesmo tempo dando apoio ao desenvolvimento habitacional e gestão de terras e recursos naturais, em reconhecimento do impacto que a ineficiente provisão de serviços públicos tem na legitimidade do Estado e nas percepções de exclusão e marginalização, que são factores subjacentes do conflito.

As actividades sob este Pilar contribuirão para reforçar a capacidade e legitimidade do governo a nível central e local, reforçando as estruturas e mecanismos de governação, transparência, prestação de contas e participação de cidadãos, bem como contribuir para a provisão de serviços mais equitativos e um melhor planeamento habitacional.

Os objectivos estratégicos do Pilar 2 são:

P2.1 Assegurar o acesso inclusivo e justo a serviços públicos.

O alto grau de vulnerabilidade da população do Norte precede o conflito e foi por ele exacerbado. Esta vulnerabilidade decorre, entre outros, de um acesso desigual a serviços públicos e contribui para o descontentamento com o Estado. É, portanto, imperativo aumentar a resiliência desta população, através da promoção do acesso equitativo e sustentável a serviços públicos e fortalecimento da protecção social. Este conjunto de acções contribui, ainda, para a diminuição do *deficit* de desenvolvimento destas províncias, bem como para um aumento da legitimidade do Estado.

P2.2 Reforçar a governação inclusiva, com foco na participação cidadã, combate à corrupção, e redistribuição e transparência fiscal

A falta de mecanismos de participação e inclusão na governação, falta de clareza quanto às competências e responsabilidades dos diferentes órgãos de governação e inconsistência na redistribuição e uso de recursos a nível local não são favoráveis ao fortalecimento da confiança entre o

cidadão e o Estado. Tem-se, portanto, que fortalecer a participação, inclusão e transparência no uso de recursos fiscais, de forma a reforçar esta relação de confiança, bem como assegurar que os recursos públicos sejam usados em consonância com as prioridades e necessidades locais.

P2.3 Promover a gestão sustentável e participativa da terra e dos recursos naturais.

Os recursos naturais, e principalmente a terra, são a principal fonte de subsistência da maior parte da população no Norte. O acesso desigual a estes recursos foi impactado pelos choques climáticos e exacerbado pelo conflito, com uma consequente diminuição do acesso a meios de subsistência e aumento da vulnerabilidade, o que também favoreceu o aumento da competição pelos escassos recursos disponíveis e contribui para o aumento da tensão entre grupos da população e maior volatilidade. É, portanto, necessário promover o acesso equitativo e sustentável a recursos naturais, de forma a diminuir os conflitos gerados pela competição para o uso destes recursos, preservar a biodiversidade e diminuir a degradação ambiental.

P2.4 Promover a habitação social

O conflito acelerou a migração no Norte, contribuindo para assentamentos informais e não planeados de conglomerados populacionais, resultando em um *deficit* de infraestruturas, distorções do mercado imobiliário e *deficit* de habitação adequada, contribuindo assim não só para um aumento da vulnerabilidade – em particular das populações deslocadas – como também uma deterioração da já baixa coesão social. Estas pressões devem ser aliviadas, através de apoio à habitação social, particularmente para jovens.

Pilar 3: Recuperação económica e resiliência

O Pilar 3 visa potenciar a actividade económica e a capacidade produtiva, especialmente das populações mais excluídas e afectadas pelo conflito, enquanto motor de recuperação e crescimento, reconhecendo que o crescimento económico é essencial ao desenvolvimento e que a exclusão económica é um dos factores subjacentes do conflito. Este Pilar reconhece ainda a importância do sector extractivo, tanto como um factor de resiliência, quanto um dos factores que contribuiu para o conflito.

A recuperação sócio-económica em comunidades afectadas pelo conflito está fortemente ligada à criação de meios de subsistência e à restauração económica. A recuperação económica exige que o sector privado, o comércio e as actividades financeiras se recuperem e requer intervenções tanto no sector formal quanto no sector informal, para apoiar o desenvolvimento de cadeias de valor, o empreendedorismo jovem, e esquemas de promoção de emprego com foco nas mulheres e juventude, bem como a reconstrução de infraestrutura de base.

Os objectivos estratégicos do Pilar 3 são:

P3.1 Apoio à recuperação dos danos gerados pelo conflito nos meios de subsistência, especialmente nos sectores agrário, pesca e silvicultura

O conflito teve grande impacto económico nas populações vulneráveis ao impedir o seu acesso aos meios tradicionais de sustento, especialmente agricultura de subsistência, pesca e silvicultura. Por sua vez, a falta de meios tradicionais de subsistência elevam a vulnerabilidade dessas populações ao conflito, às redes ilícitas de comércio e ao uso insustentável do ambiente. Apoio ao retorno dessas

populações a meios de subsistência seguros, sustentáveis e inclusivos é a chave para a prevenção de conflitos futuros e para mitigar tensões advindas do deslocamento e da insegurança.

P3.2 Promover a recuperação económica, através de apoio ao sector privado, incluindo a indústria do turismo, e recuperação e manutenção de infraestrutura essencial

O sector privado da região Norte, que já apresentava vulnerabilidades em termos de capacidade e investimentos anteriormente ao conflito, sofreu com a destruição de infraestruturas, o aumento do isolamento geográfico e a perda de capacidades humanas e financeiras. Apoiar o conteúdo local através do suporte a micro, pequena e média empresas, incluindo nas áreas de turismo e da engenharia civil, ajudará a recuperação e a criação de empregos, facilitará a mobilidade e a comunicação, especialmente em áreas marginalizadas. Estas acções também contribuirão para a diminuição das disparidades regionais de desenvolvimento.

P3.3 Fortalecer a contribuição das actividades extractivas à integração sócio-económica da população de Niassa, Cabo Delgado e Nampula, e promover sustentabilidade

A contribuição das actividades extractivas ao tecido sócio-económico do Norte foram, até agora, muito limitadas tanto na criação de empregos locais quanto na redistribuição dos recursos fiscais gerados. Além disso, em alguns casos, o cumprimento das obrigações legais por parte das extractivistas é deficitário – o que contribui para a sensação de exploração e exclusão por parte das comunidades locais. Adicionalmente, a mineração artesanal, exercida principalmente pelos jovens, sofre de falta de assistência e regulamentação que promova o seu exercício de forma segura e lícita. Todos esses aspectos deterioram as relações na região Norte e podem incitar ao conflito. Portanto, investir para uma melhor integração sócio-económica das diferentes actividades neste sector, bem como capacitar as comunidades para engajar com as empresas em pleno conhecimento de seus direitos é parte importante da prevenção de futuros conflitos. É também fundamental assegurar a canalização de recursos fiscais provenientes deste sector, como previsto na regulamentação aplicável.

P3.4 Contribuir para a inclusão económica, através de melhor acesso a serviços financeiros e desenvolvimento de capacidades

A vulnerabilidade e marginalização – especialmente de jovens e mulheres – impede-os de ter acesso a serviços financeiros, empregos formais e oportunidades de capacitação para o mercado de trabalho. Isso aumenta sua disposição para exercerem práticas ilícitas ou a serem recrutados por grupos insurgentes. Sua inclusão económica por meio de acesso a serviços financeiros, oportunidades de emprego e desenvolvimento de suas capacidades é uma forma de proporcionar impacto imediato e visível à população.

IV. Articulação com outras Estratégias e Planos

A construção da Paz faz-se através da associação de intervenções que contribuam para diminuir os factores de vulnerabilidade, enfrentem as causas subjacentes do conflito e promovam a inclusão social e económica com um processo de implementação que favoreça o diálogo, a participação e a inclusão.

Os mecanismos e processos de implementação e a coordenação entre diferentes iniciativas são, portanto, tão fundamentais para o objectivo da estratégia quanto para a implementação das prioridades identificadas.

Neste âmbito, a ERDIN tem duas funções complementares. Por um lado, identifica, em cada um dos seus três pilares, as acções prioritária para a recuperação económica e construção da Paz nas províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula. Por outro lado, estabelece uma estrutura e um processo para a priorização e coordenação geral para as actividades a serem implementadas nestas três províncias, nos domínios que cobre, para o prazo de 5 anos.

Esta segunda função da ERDIN visa promover um uso mais eficiente de recursos, assegurando que haja consistência e coordenação entre diferentes iniciativas, otimizando assim as sinergias entre estas iniciativas e potencializando o impacto global. Visa ainda assegurar que todas as iniciativas sigam os princípios e a lógica de intervenção estabelecidos nesta estratégia.

A resposta humanitária à situação em Niassa, Cabo Delgado e Nampula continuará, no seu fundamental papel de protecção e assistência, e respeitando os princípios de humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência que a ela se aplicam. Nas actividades que tenham impacto a médio e longo prazo, notadamente que envolvam resiliência e reconstrução de serviços e infraestruturas, a articulação com a ERDIN se fará a nível das províncias, através dos mecanismos descritos abaixo.

Em reconhecimento da urgência das respostas a dar à situação em Cabo Delgado, o governo desenvolveu uma iniciativa para reconstrução de infraestruturas de base nesta província. Este plano será articulado com a ERDIN também a nível das províncias, e a ele se aplicarão os princípios, critérios e mecanismos aqui definidos.

Outras iniciativas já em curso deverão ser trazidas para articulação também a nível provincial. Iniciativas que ainda não estejam em fase de implementação deverão seguir os critérios de priorização da ERDIN, descrever como se articulam com esta estratégia e ser apresentadas aos mecanismos de coordenação abaixo descritos.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Moçambique (2015-2035), em actualização, identifica vários dos sectores cobertos pela ERDIN como sectores prioritários, nomeadamente o desenvolvimento do capital humano – definido pela Estratégia Nacional de Desenvolvimento não apenas como *“formação das pessoas para participarem no processo produtivo, mas em primeiro lugar aos factores que directamente influenciam na capacidade do homem ter uma vida de qualidade, ser saudável e participar activamente na vida da comunidade”*³⁸; pesca e desenvolvimento de infraestruturas. Esta estratégia preconiza ainda a coordenação e articulação institucional e alinhamento dos diferentes planos estratégicos, de forma a garantir um uso mais eficiente de recursos e evitar duplicações.³⁹ A ERDIN articula-se, portanto, com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento tanto nos temas que aborda quanto nos mecanismos de operacionalização que adopta. Uma vez finalizado o período de implementação da ERDIN, espera-se que a região Norte tenha recuperado o *deficit* criado pelo impacto do conflito, de forma que possa retomar a sua plena inclusão no caminho para o crescimento económico. É, no entanto, de se esperar que os aspectos específicos da ERDIN, designadamente os relacionados ao Pilar 1, à coesão social, ao diálogo e à participação devam ser objecto de particular atenção além do período da ERDIN e, portanto, devem ser incluídos na implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento, que vier a ser aprovada, tendo em vista a actualização em curso.

A ERDIN também se articula com as prioridades, pilares e objectivos do Programa Quinquenal do Governo (2020-2024), que estabelece que *“a acção fundamental do Estado estará direccionada para*

³⁸ Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035, República de Moçambique, parágrafo 85, página 22.

³⁹ Ibid, páginas 29 e seguintes.

três Prioridades, designadamente: i) Desenvolver o capital humano e Justiça social; ii) Impulsionar o crescimento económico, a produtividade e a geração de emprego; e iii) Fortalecer a gestão sustentável dos recursos naturais e do ambiente... A materialização da acção do Governo em cada uma das três prioridades será sustentada por três Pilares: i) Reforçar a democracia e preservar a unidade e coesão nacional; ii) Promover a boa governação e a descentralização; e iii) Reforçar a cooperação internacional.”⁴⁰

O Programa Quinquenal do Governo reconhece ainda a especial atenção a ser dedicada aos assuntos da juventude, mulher, combatentes, habitação e emprego pelo seu papel e relevância para a manutenção da estabilidade social e à agricultura (produção agrícola, pesca e aquacultura), infraestruturas económicas e sociais, turismo e indústria extractiva.

A ERDIN articula-se, ainda, com os planos de desenvolvimento de cada província. Por um lado, estes planos serão tomados em consideração no momento do desenvolvimento dos planos de implementação da ERDIN em cada província. Por outro lado, como acima indicado, estes planos deverão passar a incluir os aspectos específicos da ERDIN, designadamente relacionados ao Pilar 1, coesão social, diálogo e participação, de forma a institucionalizar acções que evitem o ressurgimento de conflito.

V. Costing, Financiamento e Mecanismos para Operacionalização

O Plano de Acção que acompanha esta estratégia tem um valor total de **MZN 157.461.535.747 (USD 2.491.479.996)** e apresenta as prioridades por pilar e sector com o respectivo orçamento detalhado. Para cada sector, as intervenções estão organizadas em três componentes: políticas, reforço institucional e investimentos/operações. O *costing* foi estruturado com base no cenário de impacto a longo prazo⁴¹ e é dividido em três períodos temporais: (i) primeiro ano, (ii) segundo ano e (iii) anos 3 a 5.

Esta divisão temporal é fundamentada na experiência internacional que mostra que planos de reconstrução pós-conflito devem cobrir um tempo limitado – visando recolocar a região em questão na trilha para o crescimento sócio-económico clássico – no qual devam produzir um impacto visível e cumulativo. Tais períodos também reconhecem as realidades operacionais, que demandam um período de preparação às actividades mais complexas e, portanto, uma projecção cautelosa das actividades que poderão ter lugar no primeiro ano, de forma a não gerar expectativas pouco realistas junto à população e ao mesmo tempo, identificação de acções visíveis e de impacto imediato, exequíveis no primeiro ano.

A figura 12 abaixo apresenta o *costing* geral da ERDIN, por pilar, componente e período (primeiro ano, segundo ano e anos 3-5). O *costing* detalhado de cada um dos sectores de cada Pilar encontra-se no anexo.

⁴⁰ Programa Quinquenal do Governo 2020-2024, República de Moçambique, parágrafos 7 e 8, página 5.

⁴¹ O cenário de impacto a longo prazo aqui mencionado é o cenário intermediário do documento de suporte: Impactos do Conflito.

Figura 12: Costing agregado, por Pilar (apresentado em mil USD e MZN milhões⁴²)

		Ano 1 (USD)	Ano 2 (USD)	Anos 3-5 (USD)	Total por Componente (USD)	TOTAL USD	TOTAL MZN ⁴³
Pilar 1	Políticas	1.748	5.196	12.036	18.980	151.771	9.591.927
	Reforço Institucional						
	Organização	3.386	4.100	10.240	17.726		
	Investimento e Operações	12.175	22.850	80.040	115.065		
Pilar 2	Políticas	38.083	39.960	112.302	190.346	1.015.188	63.144.694
	Reforço Institucional						
	Organização	61.980	57.035	82.134	201.149		
	Investimento e Operações	129.760	181.027	312.960	623.693		
Pilar 3	Políticas	2.492	4.890	8.813	16.195	1.324.521	83.709.740
	Reforço Institucional						
	Organização	6.723	13.295	26.100	46.118		
	Investimento e Operações	219.622	388.890	653.697	1.262.209		
TOTAL USD		475.969	717.243	1.298.268		2.491.480	
TOTAL MZN		29.895.053	45.329.758	82.050.538			157,461,536

⁴² Os valores de base são os expressos em dólares americanos. A taxa de câmbio utilizada para cálculo dos valores em MZN é a taxa de compra do dia 26 de outubro de 2021 (1USD = 63.20 MZN), conforme boletim do mercado cambial n. 143/21, Banco de Moçambique: https://www.bancomoc.mz/Files/TCMD/ZMCI213_27102021.pdf

⁴³ Os valores em MZN foram arredondados por linha, após a conversão de cada linha, do valor referência (em USD).

O financiamento da ERDIN será feito através de fundos provenientes do Orçamento do Estado, e de parceiros internacionais. Um processo de diálogo deverá ser conduzido o quanto antes com o sector privado da região Norte, de forma a identificar as modalidades de contribuição directa e indirecta deste sector ao seu financiamento.

De forma a potencializar as sinergias entre as diferentes intervenções e entre pilares, **a operacionalização da estratégia** será feita através da selecção de áreas geográficas, nas quais uma massa crítica de intervenções prioritárias sejam implementadas concomitantemente. Esta abordagem permitirá um maior impacto agregado. As áreas geográficas em questão serão seleccionadas com base em critérios a serem definidos pelo governo em parceria com os parceiros de cooperação e desenvolvimento.

Esta operacionalização deverá, ainda, obrigatoriamente, seguir metodologias sensíveis ao conflito com o objectivo de priorizar a recuperação e a construção da Paz. A forma como as actividades são desenhadas é tão importante quanto os resultados que visam atingir. Os princípios a serem adoptados são os seguintes:

1. **Foco na juventude.** Sempre e tanto quanto possível na forma eleita para implementação de actividades. Isto inclui a participação dos jovens na selecção e implementação de actividades; actividades dedicadas directamente a este grupo dentro de cada intervenção e ainda o uso de mão de obra jovem.
2. **Uso de uma lente de inclusão de gênero.** Com base nas melhores práticas internacionais, 50% dos beneficiários de cada intervenção deverão ser mulheres (e raparigas, quando aplicável). Adicionalmente mulheres deverão estar devidamente representadas nas diferentes estruturas de supervisão e coordenação.
3. **Inclusão e capacitação da população local.** A implementação das intervenções deverá explicitamente favorecer a utilização de mão-de-obra das comunidades das localidades e povoados cobertos pela intervenção e dedicar recursos ao desenvolvimento das capacidades locais.

A supervisão e coordenação necessárias à implementação eficaz e coerente da ERDIN será feita a diferentes níveis. A arquitectura de supervisão e coordenação, que a seguir se desenvolve, tem em conta o uso de estruturas já existentes, bem como o que foi proposto em outros planos.

A supervisão e coordenação estratégicas serão feitas a nível central, entre o Conselho de Ministros e a plataforma de coordenação estabelecida com os parceiros de cooperação e desenvolvimento (*DCP – Development Cooperation Partners*) através de reuniões anuais conjuntas.

A supervisão e coordenação técnicas serão feitas pela Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN). O Comitê de Supervisão da ADIN convidará os representantes dos parceiros de cooperação e desenvolvimento para participar das suas reuniões, pelo menos duas vezes por ano, de forma a assegurar esta coordenação. Os parceiros de cooperação e desenvolvimento serão representados pelo Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Nações Unidas, União Europeia e dois representantes adicionais do DCP, a serem nomeados pelo DCP.

A coordenação operacional será feita através de duas plataformas:

- (i) a nível de cada província, através de uma plataforma estabelecida e co-liderada pelos Secretários de Estado e Governadores de cada província, e que conte com a participação dos municípios, parceiros de cooperação, de desenvolvimento e humanitários e actores de segurança presentes na província. Esta plataforma será responsável pelo desenvolvimento dos planos de acção anuais para a província, bem como o monitoramento das actividades

naquela província, apresentando os relatórios de implementação anuais à Comissão de Supervisão da ADIN;

- (ii) a nível regional, através de um Fórum Regional do Norte, que congregue os Governadores, Secretários de Estado e municípios das três províncias. Este fórum deverá assegurar que haja coerência e coordenação entre os planos provinciais, bem como identificar e explorar sinergias entre intervenções entre as províncias.

A ADIN será responsável pelo suporte técnico a todas estas plataformas de coordenação, e receberá assistência técnica para tanto.

A participação das comunidades no desenvolvimento dos planos de acção anuais e na monitoria da implementação de tais planos terá lugar através de audiências públicas e uso de auditorias comunitárias. As plataformas provinciais serão responsáveis por tais instrumentos, devendo assegurar que tenham lugar uma vez por ano e que facilitem a participação efectiva da população, o que implicará a organização de reuniões a nível distrital, de forma a permitir o deslocamento da população a tais reuniões. Estas plataformas serão ainda responsáveis por garantir que a população receba de antemão a informação necessária à sua participação em tais reuniões.

Cada plataforma provincial deverá apresentar o seu plano para tais eventos à Comissão de Supervisão da ADIN, 1 mês após estar constituída.

Os termos de referência detalhados de cada um dos órgãos e plataformas de coordenação deverão ser desenvolvidos no mês seguinte à aprovação da estratégia e ser submetidos a Plataforma de Supervisão e Coordenação estratégicos para aprovação.

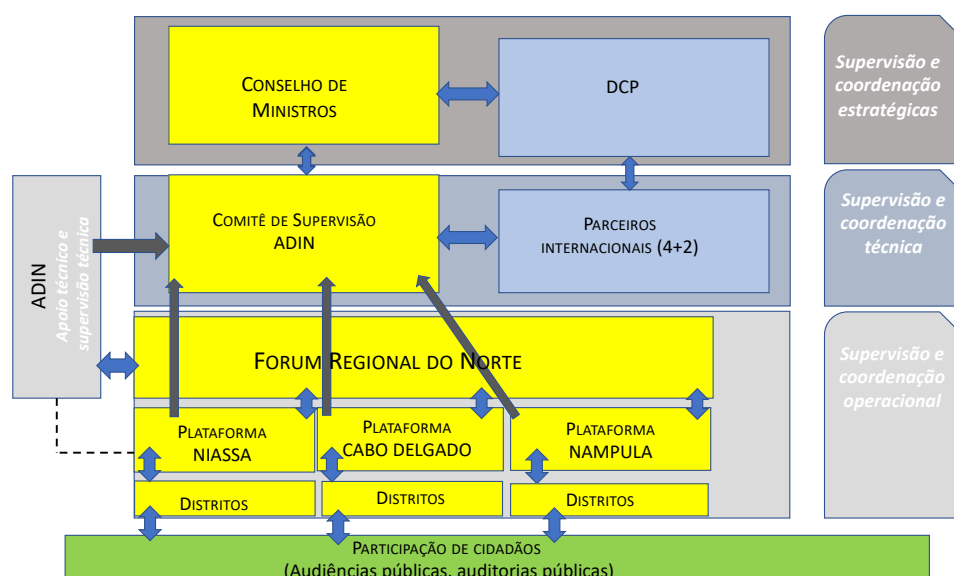
A ADIN foi criada pelo Decreto 9/2020, de 18 de Março, em reconhecimento da necessidade de impulsionar o desenvolvimento sócio económico integrado e promover maior harmonia social às populações das províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula.

A ADIN, tem por objecto a coordenação, a articulação interinstitucional e a gestão de programas para impulsionar o desenvolvimento sócio-económico da região Norte.

De forma a garantir a eficiência da ADIN e prevenir potenciais conflitos de competências, torna-se indispensável, face à existência de órgãos de governação descentralizada provincial e das autarquias: (i) rever o posicionamento da ADIN na matriz institucional dos órgãos executivos e de representação provincial com os quais existe um potencial de conflito de atribuições e competências decorrentes das sobreposições normativas, a resolver através das necessárias reformas legais; e (ii) aumentar a representatividade de diversos grupos sociais de base, da ADIN, com a inclusão de partes interessadas representando directamente a população nos seus órgãos de supervisão, através de mecanismos a serem desenvolvidos.

Em reconhecimento do papel que os parceiros internacionais terão na implementação da ERDIN, uma coordenação estreita com estes parceiros, tanto estratégica quanto operacional, é fundamental.

Figura 13: Estrutura de coordenação



A **coordenação civil-militar** é absolutamente indispensável. Tendo em vista as operações militares em curso nas províncias em questão, mecanismos de coordenação com as forças armadas são necessários, de forma a maximizar os efeitos positivos da implementação, bem como garantir a segurança dos agentes de implementação e da população. A nível estratégico, esta coordenação será feita pelo Conselho de Ministros, bem como através dos devidos mecanismos desenvolvidos para coordenação com as forças militares internacionais de suporte às Forças Armadas de Defesa de Moçambique. A nível operacional será feito através da plataforma de coordenação a nível das províncias, onde os representantes das forças de segurança (tanto exército quanto polícia, deverão estar presentes) e a nível técnico através de mecanismos a serem desenvolvidos e estabelecidos pelo governo.

Uma **estratégia de comunicação** que favoreça a participação efectiva da população, em especial os jovens se impõe. Esta estratégia de comunicação será desenvolvida pelo comité de supervisão da ADIN e aprovado pelo mecanismo de cooperação estratégica e deverá prever formas regulares e efectivas de comunicação, com uso de meios tradicionais de comunicação, e nas línguas nacionais.

VI. Monitoria e Avaliação

A Monitoria e Avaliação das acções a serem implementadas no âmbito da presente estratégia deverá ser feita com base numa rigorosa observância dos princípios de transparência e responsabilidade, envolvendo todas as instituições com responsabilidade nas acções da ERDIN. A monitoria e avaliação das actividades deverá dar ao Governo, aos parceiros de cooperação e desenvolvimento, aos gestores, à sociedade civil e a todos os actores relevantes, os meios para demonstração dos resultados como parte da prestação de contas a todos os intervenientes, bem como uma forma de aprender com as experiências do passado, melhorar a prestação dos serviços, e a planificação e alocação de recursos.

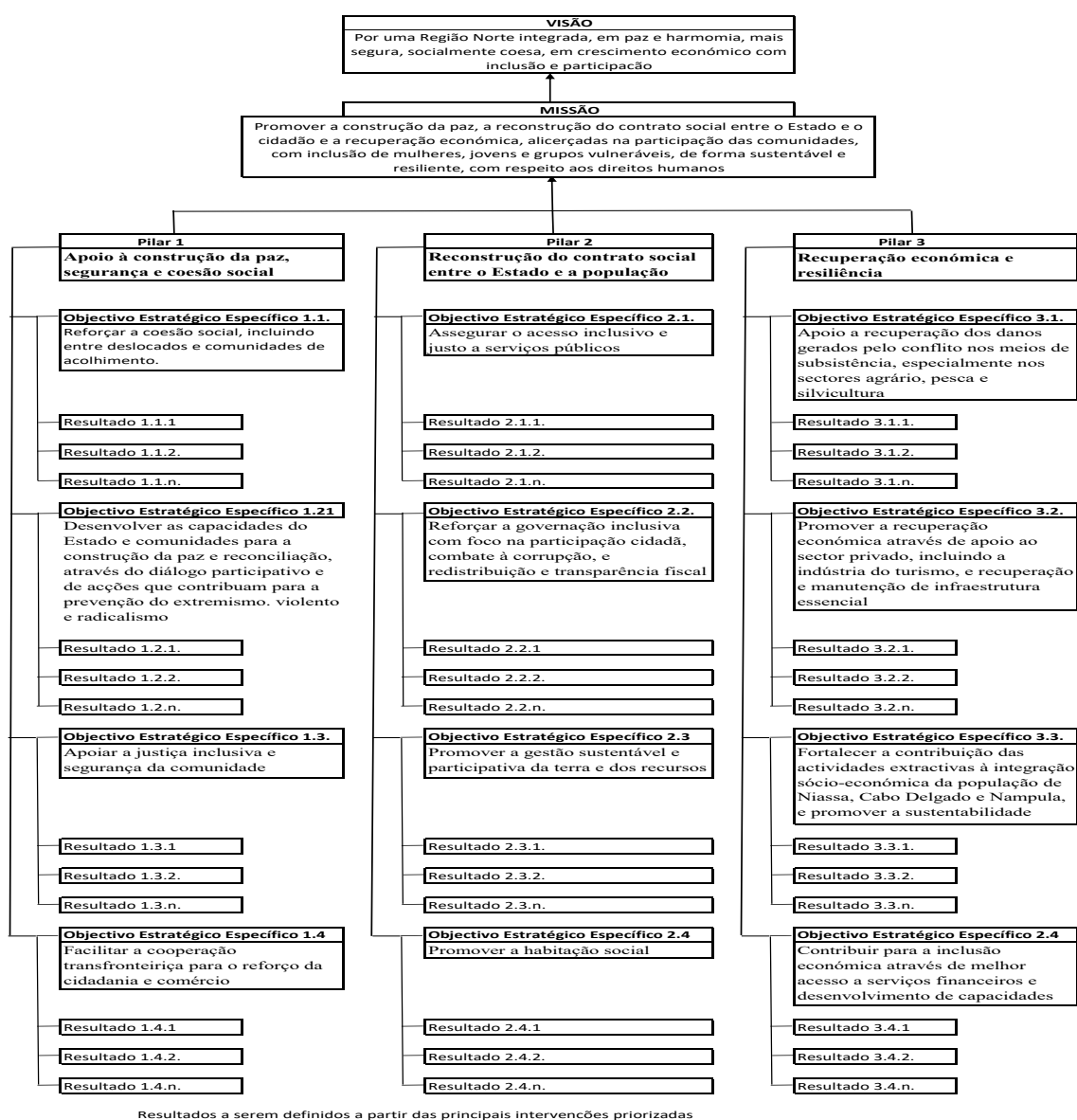
Uma das funções da Comissão de Supervisão da ADIN é o planeamento, monitoria e avaliação de programas, mas a nível da estrutura da ADIN não existe uma Unidade de Gestão Monitoria e Avaliação, pelo que deve-se criar tal unidade. A direcção da ADIN detém a responsabilidade primária pela

monitoria e avaliação, devendo elaborar um Plano de Monitoria e Avaliação (M&A) detalhado da ERDIN, que especifique:

- (i) a nível de monitoria, como os progressos com vista ao alcance dos objectivos da ERDIN serão monitorados; e
- (ii) a nível da avaliação, (a) o processo de avaliação e quando a monitoria das actividades planificadas, actividades em curso ou concluídas deverão ser feitas, para determinar no resultado, o nível de respectiva eficiência e efectividade; e (b) a metodologia para a avaliação e rigorosa determinação dos resultados e impactos da estratégia.

O Plano de M&A da ERDIN deverá ser construído com base no quadro lógico da ERDIN abaixo. Este plano deve incluir uma matriz de resultados, com indicadores, linhas de base e fontes de informação, objectivos e definir a responsabilidade por cada objectivo. Tal matriz de resultados deverá ser finalizada nos 6 meses seguindo a aprovação desta estratégia.

Figura 14: Lógica do plano de monitoria e Avaliação



Os relatórios de monitoria deverão ser elaborados pela ADIN, em particular, pela Unidade de Coordenação de Planificação, Monitoria e Avaliação de Programas, a ser criada. Os relatórios de Monitoria e Avaliação deverão ser submetidos às tutelas para aprovação, e aos financiadores e instituições relevantes para validação.

Para monitorar o progresso com vista ao alcance do impacto e resultados, a componente de Monitoramento do Plano de M&A deverá identificar:

- (a) os indicadores;
- (b) as definições dos indicadores;
- (c) as fontes e métodos para recolha de dados;
- (d) a frequência de recolha de dados;
- (e) a parte ou partes responsáveis;
- (f) o cronograma e o formato para a ADIN receber os vários indicadores dos diferentes implementadores;
- (g) o método pelo qual os dados reportados serão validados.

O Plano de M&A deverá apresentar a medição a ser feita aos resultados da ERDIN, usando dados quantitativos, objectivos e confiáveis (Indicadores). Cada indicador terá um *benchmark* que especificará o valor e o tempo esperado para se alcançar o resultado (Meta).

O Plano de M&A deverá basear-se numa abordagem de estrutura lógica, conforme acima apresentado, e obedecerá a classificação dos indicadores em indicadores de impacto, indicadores de resultado (*outcome*), indicadores de produção (*output*), indicadores de processo e indicadores de entrada.

Os indicadores de impacto (Meta e Nível de Objetivo da ERDIN) deverão medir os resultados da Estratégia como um todo. Os indicadores de resultado/*outcome* (Nível de Pilar) deverão medir os resultados finais e intermediários da Estratégia, a fim de monitorar seu sucesso no cumprimento de cada um dos objectivos da Estratégia, incluindo resultados para os beneficiários identificados. Os indicadores de produção/*output* (Nível de Principais Intervenções Priorizadas) deverão medir os resultados directos das actividades priorizadas, a fim de fornecer uma medida inicial do provável impacto das mesmas (das actividades priorizadas).

Os indicadores de entrada e de processo (Nível de Processo Institucional) será incluído no Plano de M&A para medir a entrega de materiais, bens e acções necessárias para realizar as actividades priorizadas.

Sempre que possível, os indicadores deverão ser desagregados por género, idade e tipos de beneficiários, e sempre que se mostrar necessário, e após aprovação das tutelas e dos parceiros de cooperação, os indicadores podem ser adicionados ou reformulados, e as metas podem ser ajustadas.

O Plano de M&A deverá estabelecer as directrizes para a recolha de dados e uma estrutura dos relatórios a serem elaborados. Para a recolha de dados, deverão ser usados métodos qualitativos e quantitativos. O Plano de M&A deverá delinear as várias metodologias de recolha de dados, avaliações e pesquisas necessárias para reportar os resultados dos indicadores de resultado/*output*. Também deverá desenvolver e estabelecer instrumentos e procedimentos como parte das actividades regulares de monitoria das intervenções priorizadas da Estratégia, para o cálculo dos indicadores de produção/*outcome*.

De tempos em tempo, deverá ser revista a qualidade dos dados recolhidos através da M&A com vista a garantir que os mesmos sejam válidos, confiáveis e oportunos. O objectivo da revisão da qualidade dos dados é verificar a solidez e a consistência dos dados de desempenho na ADIN e nas diferentes instituições de implementação.

O Plano de M&A deverá delinear o processo para motivar e encorajar a participação das partes interessadas (*stakeholders*) da ERDIN na recolha e disseminação das informações sobre o progresso feito com vista ao cumprimento dos objectivos da Estratégia.

A eficácia e eficiência das intervenções priorizadas deverão ser monitoradas pelos vários *stakeholders* em conjunto e a vários níveis. Adicionalmente, o Plano de M&A deverá definir como e quando os resultados da implementação da Estratégia serão divulgados, e incorporar os mecanismos de audiências e auditorias públicas.

A componente de avaliação do Plano de M&A, deverá ser feita a dois níveis, primeiro, a nível da estratégia como um todo e, segundo, a nível das intervenções priorizadas. Deverá incluir a metodologia e os prazos para as avaliações de dados, que permitam a análise das intervenções priorizadas planificadas, em curso e concluídas com vista a determinar a sua contribuição para os objectivos da Estratégia.

O Plano de M&A deverá detalhar de forma rigorosa os métodos que serão usados para avaliar o impacto da Estratégia.

A avaliação de impacto também será usada para determinar a efectividade da Estratégia e das intervenções priorizadas. O Plano de M&A deverá ter em consideração quando as intervenções priorizadas têm potencial para mostrar seus benefícios e impactos. É previsível que algumas das intervenções priorizadas produzirão seus benefícios e impactos para além dos 5 anos de implementação da ERDIN. A ADIN é uma instituição permanente (criada com duração ilimitada) de coordenação do desenvolvimento integrado do Norte. Assim, o Plano de M&A deverá definir como a avaliação de impacto continuará a ser feita pela ADIN após a conclusão da implementação da ERDIN, ou seja, para além do horizonte temporal de implementação da ERDIN.

O Plano de M&A deverá incluir como as avaliações de impacto serão realizadas, incluindo, se necessário, a contratação de instituições especializadas e independentes. Adicionalmente, sempre que se justificar e se mostrar necessário, poderão ser feitas avaliações de impacto *ad hoc* para questões específicas ou intervenções priorizadas.

O Plano de M&A deverá prever a avaliação do fim e de meio termo da Estratégia, as quais deverão ser feitas por instituições independentes.

A avaliação de meio termo da Estratégia deverá ser feita a meio da duração da implementação da ERDIN. Tem por objectivo analisar se as intervenções priorizadas e desenvolvidas, permitiram o alcance das metas, objectivos e resultados definidos da Estratégia.

A avaliação de meio termo deverá permitir identificar as lições aprendidas nos primeiros dois anos e meio de implementação da ERDIN, com vista a melhorar o desempenho e gestão na segunda metade de implementação da Estratégia, pelo que, devem ser identificados e definidos os ajustes a serem feitos nas intervenções priorizadas para que as metas, objectivos e os resultados da ERDIN sejam alcançados.

Tendo em vista que os planos de acção serão individualizados por província, o plano de M&A deverá prever a desagregação e contextualização do processo e elementos acima elencados para cada uma das províncias.

O orçamento da ERDIN deverá contemplar recursos para todas as actividades de monitoria e avaliação incluindo a contratação de instituições independentes para a realização das várias avaliações e análises.

Também como parte do processo de M&A e de forma a melhor capacitar o governo e a população à prevenção de conflitos, as bases para o desenvolvimento de um sistema de *early warning, early response* deverão ser estabelecidas, através do desenvolvimento de um processo piloto de monitoramento e verificação de factores de vulnerabilidades e resiliência para o Norte. Este sistema se apoiará nos factores identificados na ERDIN e será desenvolvido sob os auspícios do Instituto Nacional de Gestão de Desastres (INGD) em parceria com as comunidades.

VII. Acções Preliminares à Operacionalização

Dentre as prioridades da ERDIN, a construção da Paz é primordial. É neste sentido que a criação do Órgão Nacional para Paz e Reconciliação é ao mesmo tempo uma prioridade a ser implementada no âmbito da ERDIN e também uma ação preliminar à sua operacionalização. Este órgão é um instrumento fundamental não só para dar resposta a algumas das causas subjacentes ao conflito como também, pelo seu âmbito nacional, para a prevenção de novos conflitos.

O **Órgão Nacional para Paz e Reconciliação** deverá ser integrado por pessoas idóneas, que gozem de grande respeitabilidade na sociedade e junto da população e nos diferentes grupos etnoreligiosos, etnoculturais e etnolinguísticos, bem como incluir jovens e mulheres.

Em Novembro, a ERDIN será submetida para aprovação ao Conselho de Ministros, após o que será oficialmente lançada. A implementação da ERDIN deve ter lugar de forma célere, o que requer uma preparação tão rápida quanto possível à implementação. A tabela abaixo identifica as tarefas imediatas a serem empreendidas, uma vez a ERDIN aprovada.

Figura 15: Tarefas imediatas

ENTRE O 1º E 3º MÊS APÓS A APROVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">▪ <i>As fontes de financiamento serão identificadas para os sectores dos pilares, incluindo o diálogo com o sector privado para a sua participação no financiamento da ERDIN;</i>▪ <i>Órgão Nacional para Paz e Reconciliação criado;</i>▪ <i>Os termos de referência dos diferentes fora de coordenação serão desenvolvidos e finalizados;</i>▪ <i>O roteiro de disseminação da ERDIN entre parceiros de desenvolvimento será desenvolvido e implementado;</i>
--------------------------------------	--

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>O quadro de resultados e as linhas de base começarão a ser desenvolvidos para as 3 províncias;</i> ▪ <i>A estratégia de comunicação será desenvolvida;</i> ▪ <i>O alinhamento da ADIN com os órgãos de governação descentralizada e municípios será clarificado;</i> ▪ <i>Um diálogo inicial com sociedade civil, em particular jovens e mulheres, sobre os objectivos e mecanismos da ERDIN será organizado, para cada província;</i> ▪ <i>As plataformas de cada província serão estabelecidas e desenvolverão as suas propostas para os processos de audiências e auditoria públicas;</i> ▪ <i>Actividades visíveis e de impacto para implementação nos primeiros 6 meses serão identificadas, para cada província.</i>
<i>ENTRE O 4º E 6º MÊS APÓS A APROVAÇÃO</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Os planos de acção de cada província (para o primeiro ano) serão desenvolvidos;</i> ▪ <i>As actividades visíveis e de impacto serão implementadas;</i> ▪ <i>As linhas de base para o quadro de M&A de cada província serão finalizadas;</i> ▪ <i>A primeira reunião do Fórum Regional do Norte terá lugar;</i> ▪ <i>A Estratégia e Arquitectura da Paz e Reconciliação será apresentada ao Conselho de Ministros.</i>

De forma a garantir que estas tarefas imediatas sejam empreendidas, um **Secretariado Técnico** para a implementação da ERDIN será estabelecido. Este secretariado garantirá a continuidade e coesão entre o desenvolvimento da estratégia e a sua implementação e será assente na parceria que desenvolveu o processo que resultou na ERDIN.

Anexo: COSTING POR PILAR

O *costing* detalhado das intervenções e sectores de cada Pilar é apresentado abaixo. Os valores estão expressos em dólares americanos (USD)

1.1. PILAR 1 - APOIO À CONSTRUÇÃO DA PAZ, SEGURANÇA E COESÃO SOCIAL

		ANO 1	ANO 2	ANOS 3-5	Total
Pilar 1		17.309.000	32.146.000	102.316.000	151.771.000
1- Capacidades de Prevenção		7.075.000	17.596.000	55.656.000	80.327.000
Políticas	Criar Órgão Nacional para Paz e Reconciliação para o desenho de uma Estratégia de Paz e Reconciliação	900.000	250.000	1.000.000	2.150.000
	Rever quadros jurídicos que afetam a liberdade de expressão e de imprensa para alinhamento aos direitos humanos	120.000			120.000
	Promover a Implementação do Plano de Ação Nacional para as Mulheres, Paz e Segurança 2022-2026	320.000	4.276.000	4.106.000	8.702.000
	Promover diálogos com líderes comunitários, religiosos e líderes de opinião para prevenir a Violência Baseada no Género		240.000	290.000	530.000
	Desenvolver um Plano de Ação Nacional para a Juventude, Paz e Segurança	100.000		5.000.000	5.100.000
	TOTAL	1.440.000	4.766.000	10.396.000	16.602.000
Reforço Institucional / Organização	Engajar os projectos de grande dimensão com as comunidades locais em diálogos como forma de prevenção e mitigação de conflitos	20.000	20.000	20.000	60.000
	Desenvolver sistema de monitoramento de vulnerabilidades e resiliência	750.000	750.000	1.500.000	3.000.000
	Reforçar a capacidade institucional no sector publico, para a prevenção de conflitos, coesão social, diálogo, assuntos da juventude e género, bem como liberdade de expressão e de imprensa.	350.000	500.000	3.300.000	4.150.000
	TOTAL	1.120.000	1.270.000	4.820.000	7.210.000
Investimento e Operações	Criar plataformas de diálogo e reconciliação e partes interessadas a nível central e do norte de Moçambique e assegurar o seu funcionamento	700.000	950.000	10.000.000	11.650.000
	Promover programas para fortalecer a coesão social direccionada aos deslocados internos e comunidades de acolhimento	500.000	4.000.000	4.000.000	8.500.000
	Adotar planos de ação a nível provincial sobre Direitos Humanos e protecção para a região Norte que estabeleça diálogo com intervenientes da sociedade civil	345.000	890.000	1.160.000	2.395.000

	Apoiar a capacidade dos meios de comunicação social (rádio, televisão e imprensa escrita) em matéria de jornalismo de investigação, verificação de factos, a nível local, provincial e central.	320.000	320.000	2.480.000	3.120.000
	Criação de fundo catalítico para apoiar a capacidade das organizações locais da sociedade civil do Norte e a implementação dos seus projecto, incluindo programas de desporto e cultura.	1.250.000	3.000.000	12.000.000	16.250.000
	Rever os mecanismos de constituição dos conselhos consultivos de modo a torná-los mais representativos	100.000			100.000
	Apoiar a investigação, ensino superior, e criar curricula de educação e programas de construção da paz e prevenção de conflitos	100.000	200.000	2.800.000	3.100.000
	Implementar a desradicalização de insurgentes e apoiar a reintegração social e económica	1.200.000	2.200.000	8.000.000	11.400.000
	TOTAL	4.515.000	11.560.000	40.440.000	56.515.000

2 - Acesso à Justiça e Estado de Direito		1.524.000	910.000	2.960.000	5.394.000
Políticas	Revisão do quadro jurídico relativo ao acesso ao apoio judiciário, ao Código dos Custos Judiciais e aos critérios para a isenção das custas judiciais	73.000	100.000	400.000	573.000
	Divulgar a Nova Lei que regulara os tribunais comunitários	35.000	80.000	240.000	355.000
	Desenvolver plano de acção para integrar nos instrumentos jurídicos nacionais as obrigações de direitos humanos derivadas de convenções internacionais e regionais ratificados por Moçambique	100.000	100.000	400.000	600.000
	TOTAL	208.000	280.000	1.040.000	1.528.000
Reforço Institucional / Organização	Reforçar a capacidade técnica e a experiência dos defensores públicos para prestar apoio judiciário, incluindo em casos sensíveis, na região Norte	156.000	120.000	480.000	756.000
	Fornecer formação ao SERNIC, procuradores e juizes sobre matérias de tráfico de droga, tráfico de pessoas (especialmente mulheres e crianças) e questões ambientais e de recursos minerais	100.000	200.000	200.000	500.000
	Reforçar a capacidade e a formação do SERNAP, incluindo sobre as normas de direitos humanos, nas prisões da região Norte	80.000	80.000	320.000	480.000
	Criar condições para a habilitação de penas alternativas nomeadamente para mulheres e jovens detidos no contexto do conflito no Norte de Moçambique	30.000	30.000	120.000	180.000
	Criar centros de atendimento único para as vítimas de VBG em zonas afetadas por conflitos, incluindo diversos serviços e assistência às vítimas (por exemplo, assistência médica, apoio judiciário)	900.000	50.000	200.000	1.150.000
	Reforçar a capacidade de investigação, do Ministério Público e do tribunal para lidar com as denúncias de Violência Baseada no Género no âmbito do conflito (integrar a linha do SERNIC e adicionar o trafico)	50.000	150.000	600.000	800.000
	TOTAL	1.316.000	630.000	1.920.000	3.866.000
Investimento e Operações	Reforçar a capacidade técnica e operacional do escritório do CNDH no Norte	445.000	1.295.000	3.380.000	5.120.000
	Expandir a cobertura dos serviços de justiça, incluindo clínicas jurídicas e tribunais móveis e acesso à justiça por parte das comunidades locais	1.905.000	1.305.000	4.905.000	8.115.000
	Apoiar a institucionalização e o funcionamento do Grupo de Trabalho Interministerial no âmbito do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos		120.000	480.000	600.000
	TOTAL	2.350.000	2.720.000	8.765.000	13.835.000

3 - Policiamento & Segurança Comunitária		5.810.000	6.840.000	21.400.000	34.050.000
Políticas	Apoio à institucionalização e formalização do policiamento comunitário	100.000	150.000	600.000	850.000
	TOTAL	100.000	150.000	600.000	850.000
Reforço Institucional / Organização	Reforçar os procedimentos, supervisão e mecanismos de responsabilização da FDS	350.000	1.300.000	1.600.000	3.250.000
	TOTAL	350.000	1.300.000	1.600.000	3.250.000
Investimento e Operações	Apoiar a capacidade da FDS para estabelecer diálogos significativos com as comunidades sobre o seu trabalho	116.000	200.000	600.000	916.000
	Apoiar a capacidade técnica das academias da FDS para dar formação, especialmente em direitos humanos e direito humanitário	1.644.000	1.590.000	7.800.000	11.034.000
	Construir ou reparar infraestruturas policiais na região Norte	3.600.000	3.600.000	10.800.000	18.000.000
	TOTAL	5.360.000	5.390.000	19.200.000	29.950.000

4 - Cooperação para o Desenvolvimento Transfronteiriço		2.900.000	6.800.000	22.300.000	32.000.000
Políticas					
	TOTAL				
Reforço Institucional / Organização	Apoiar a capacidade do Instituto Nacional de Fronteiras para realizar estudos transfronteiriços e exercícios de sensibilização com as autoridades fronteiriças e as comunidades locais	100.000	100.000	200.000	400.000
	Desenvolver capacidades das autoridades fronteiriças para a gestão de identidade, documentos de segurança e detecção de fraude documental; Gestão Humanitária das Fronteiras; e Protecção de migrantes vulneráveis.	200.000	500.000	800.000	1.500.000
	Criação de quadro de monitorização transfronteiriço em Alerta Precoce e Resposta Precoce nas regiões fronteiriças	300.000	300.000	900.000	1.500.000
	TOTAL	600.000	900.000	1.900.000	3.400.000
Investimento e Operações	Avaliação das infraestruturas, capacidades e necessidades de recursos das autoridades fronteiriças e concepção de um quadro para a gestão integrada das fronteiras. O reforço das capacidades das autoridades fronteiriças deve ser adaptado e custeado com base na avaliação das necessidades.	200.000	200.000	1.200.000	1.600.000
	Avaliação dos dados e lacunas existentes no que diz respeito às populações fronteiriças e à governação fronteiriça.	500.000	200.000	900.000	1.600.000
	Avaliar estudos anteriores sobre populações fronteiriças realizados pelo IMAF e apoiar a actualização dos estudos existentes, incluindo a forma de apoiar o comércio geral e o comércio fronteiriço.				
	Financiar a implementação do Plano de Ação resultante do estudo.	500.000	500.000	1.000.000	2.000.000
	Criar espaços de diálogo transfronteiriços para as autoridades locais e para o governo. Explorar opções para uma plataforma consultiva regional para o envolvimento político e o diálogo sobre a paz, onexo clima/segurança, incluindo questões transfronteiriças, com base em instrumentos regionais AU e SADC.				
	Aumentar a capacidade de emissão e distribuição de bilhetes de identidade e outros documentos nos distritos fronteiriços.	300.000	1.000.000	3.300.000	4.600.000
	Fundo catalítico para apoiar projectos comunitários transfronteiriços com oportunidades de subsistência e com ênfase em jovens e mulheres.	500.000	2.000.000	4.000.000	6.500.000
	Investir em infraestruturas e instituições transfronteiriças (postos fronteiriços, pessoal com formação em gestão de fronteiras, sensibilidade cultural e de conflitos, conformidade com os direitos humanos).	300.000	2.000.000	10.000.000	12.300.000
	TOTAL	2.300.000	5.900.000	20.400.000	28.600.000

1.2. PILAR 2 - RECONSTRUÇÃO DO CONTRATO SOCIAL ENTRE O ESTADO E A POPULAÇÃO

		ANO 1	ANO 2	ANO 3-5	Total
Pilar 2		229.823.605	278.021.760	507.342.430	1.015.187.795
5 - Água e Saneamento		43.557.510	59.737.625	100.691.465	203.986.600
NECESSIDADE	INTERVENÇÕES/ACTIVIDADE				
Políticas	Descentralização: Desenvolvimento da estratégia de financiamento e mecanismo de planeamento e investimento a nível local na Água, Saneamento e Higiene (descentralização fiscal)		200.000	300.000	500.000
	Prestação de contas: Definir um código de governação corporativa e regulamentar para os operadores e instituições públicas de água		150.000		150.000
	Gestão delegada: Desenvolvimento de Quadro de Gestão para zonas rurais direccionadas às intervenções no Norte		150.000	150.000	300.000
	Monitorização da Implementação de Políticas sobre Água, Saneamento, e Higiene na Região Norte	50.000	50.000	150.000	250.000
	TOTAL	50.000	550.000	600.000	1.200.000
Reforço Institucional / Organização	Capacitação da DPOP/DAS, AIAS & SDPI para melhor planeamento, monitorização e implementação de atividades rurais de água e saneamento (formação e equipamento do pessoal)	192.500	192.500	577.500	962.500
	Reforço do Sector Privado Local: Capacitação e programa de assistência técnica para prestadores de serviços e operadores	125.000	125.000	375.000	625.000
	Organizações da Sociedade Civil: Criar e formar grupos de monitorização da comunidade local e Organizações da Sociedade Civil para avaliar o desempenho da prestação de serviços	120.000	120.000	360.000	600.000
	Sistema Nacional de Informação de Água e Saneamento: funcionalidades alargadas para melhorar o planeamento, monitorização e resposta rápida às necessidades de emergência em todos os subsectoriais	200.000	100.000		300.000
	TOTAL	637.500	537.500	1.312.500	2.487.500
Investimento e Operações	Construção de 4418 pontos de água cada uma servindo 300 pessoas	8.565.000	7.137.500	12.847.500	28.550.000
	Construção de 68 sistemas de abastecimento de água rurais (cada um servindo 5000 pessoas)	9.900.000	8.250.000	14.850.000	33.000.000
	Mobilização comunitária para a criação de comités/mecanismos de gestão da água para as fontes e sistemas de água	454.650	378.875	681.975	1.515.500
	Mobilização comunitária para o saneamento e mudança de comportamento relacionado com a higiene para o ODF e saneamento melhorado	1.680.840	1.400.700	2.521.260	5.602.800

Incentivos e subsídios inteligentes para construção de latrinas domésticas e melhoria em condições sanitárias	1.050.420	875.350	1.575.630	3.501.400
Latrinas adaptadas para pessoas com deficiência	100.000	300.000	1.500.000	1.900.000
Apoio às empresas de saneamento e aos artesãos locais para a comercialização de matérias e prestação de serviços	68.400	57.000	102.600	228.000
Extensão do sistema de abastecimento de água Pemba-Metuge para zonas de reassentamento de deslocados	6.550.700	6.550.700		13.101.400
Extensão do sistema de abastecimento de água de Montepuez	1.000.000	1.000.000		2.000.000
Reabilitação/construção da nova Barragem de Nampula (Meluli)	5.000.000	20.000.000	30.000.000	55.000.000
Conclusão da reabilitação e expansão da Barragem de Locumé (em Lichinga)	2.000.000	5.500.000		7.500.000
Construção do sistema de abastecimento de água (Ibo, Macomia e Quissanga)			7.500.000	7.500.000
Reabilitação do Sistema de Abastecimento de Água de Mocimboa da Praia	300.000	1.500.000	200.000	2.000.000
Reabilitação e expansão do Sistema de Abastecimento de Água de Palma, Montepuez, Meluco, Muidumbe, Nangade, Macomia, Namuno, Chiure e Angoche			22.500.000	22.500.000
Investimento na gestão de lamas fecais (equipamentos, estações de transferência e camas de secagem) para Pemba-Metuge	3.200.000	3.200.000		6.400.000
Incentivos e subsídios inteligentes para a melhoria do saneamento das famílias	3.000.000	2.500.000	4.500.000	10.000.000
TOTAL	42.870.010	58.650.125	98.778.965	200.299.100

6 – Saúde		56.673.578	44.748.578	113.586.735	215.008.892
Políticas	Clarificar os mandatos para uma governação local mais eficaz e um fluxo de recursos de primeira linha no sector da saúde	70.000			70.000
	Coordenação com parceiros, sociedade civil e outras instituições governamentais	50.000	50.000	150.000	250.000
	Realizar inquéritos de saúde com regularidade	130.000	30.000	40.000	200.000
	Responsabilização social - estabelecimento e manutenção de sistemas funcionais de reparação e monitorização de queixas; envolvimento da comunidade para a melhoria da qualidade de serviços	370.000	370.000	930.000	1.670.000
	TOTAL	620.000	450.000	1.120.000	2.190.000
Reforço Institucional / Organização	Expansão das Redes de Referência e reabilitação de Infraestruturas de Saúde; Fortalecer a cadeia de fornecimento de medicamentos e bens essenciais até à última milha e fortalecimento dos Recursos Humanos	21.270.000	9.515.000	8.296.000	39.081.000
	Expansão de serviços direccionados para satisfazer necessidades críticas: Pacotes de Intervenção Nutricional; Implementação dos Serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva, em particular para adolescentes; Violência baseada no género (VBG) e serviços para vítimas de exploração e abuso sexual; Serviços de apoio à saúde mental; Apoiar a implementação de mecanismos para preparação em casos de emergência.	15.153.578	15.153.578	45.280.735	75.587.892
	TOTAL	36.423.578	24.668.578	53.576.735	114.668.892
Investimento e Operações	Apoio psico-social a população afectada pela violência incluindo deslocados, retornados e comunidades acolhedoras	480.000	480.000	1.440.000	2.400.000
	Assistência alimentar suplementar para mães parturientes nas comunidades	500.000	500.000	1.500.000	2.500.000
	Criação da oferta e promoção da saúde, incluindo assistência médica e medicamentosa à população mais vulnerável.	4.650.000	4.650.000	13.950.000	23.250.000
	Reforço do sistema de saúde comunitário	14.000.000	14.000.000	42.000.000	70.000.000
	TOTAL	19.630.000	19.630.000	58.890.000	98.150.000

7 – Educação		58.890.182	57.205.182	163.515.545	279.610.909
Políticas	Aumento da equidade regional nos gastos com a educação nas províncias de Moçambique	34.537.315	34.537.315	103.611.945	172.686.576
	Abordar as principais lacunas de informação no sector	820.000	320.000	960.000	2.100.000
	Elaborar e implementar políticas de educação para a paz	200.000	400.000	300.000	900.000
	TOTAL	35.557.315	35.257.315	104.871.945	175.686.576
Reforço Institucional / Organização	Reforçar os mecanismos de coordenação e a capacidade de recursos humanos	660.000			660.000
	Fortalecer a capacidade de recursos humanos	400.000			400.000
	Reorientar as despesas dos parceiros públicos e de desenvolvimento para aumentar a previsibilidade e a equidade regional nas despesas de educação	400.000	100.000		500.000
	TOTAL	1.460.000	100.000		1.560.000
Investimento e Operações	Estabelecer e implementar um plano para actualizar e construir novas infraestruturas escolares com base na informação do censo escolar	3.825.000	4.500.000	13.500.000	21.825.000
	Reforçar os esforços para atrair crianças de volta à escola primária	2.416.667	2.416.667	7.250.000	12.083.333
	Criar incentivos para atrair mais professores para a região norte, em particular mulheres	1.131.200	1.031.200	3.093.600	5.256.000
	Expandir programas de competências (ensino e aprendizagem)	300.000		18.000.000	18.300.000
	Expandir o apoio psico-social/saúde mental aos professores	2.000.000	1.500.000	4.500.000	8.000.000
	Alimentação Escolar	12.000.000	12.000.000	12.000.000	36.000.000
	Introduzir no currículo primário e secundário programas de Educação para a Paz, valores e princípios éticos.	200.000	400.000	300.000	900.000
	TOTAL	21.872.867	21.847.867	58.643.600	102.364.333

8 - Proteção Social e Segurança Alimentar		4.416.000	35.246.040	10.574.679	50.236.719
Políticas	Desenvolvimento de uma política de afectação das receitas da instalação de GNL às prioridades de desenvolvimento para apoiar a assistência social, bem como melhores oportunidades económicas e perspectivas de emprego	75.000	75.000	50.000	200.000
	TOTAL	75.000	75.000	50.000	200.000
Reforço Institucional / Organização	Reforço da capacidade de execução do sector a todos os níveis (Ministério do Género e Acção Social / Instituto Nacional de Acção Social)	1.000.000	1.413.481		2.413.481
	Reforço da coordenação entre o Governo e os parceiros de desenvolvimento e cooperação	220.000	220.000	660.000	1.100.000
	TOTAL	1.220.000	1.633.481	660.000	3.513.481
Investimento e Operações	Reforçar os instrumentos e processos de identificação e registo para identificar e capturar adequadamente as informações das famílias deslocadas/de acolhimento, incluindo a construção da ligação entre os sistemas humanitários e de proteção social	100.000	100.000	300.000	500.000
	Reforçar os mecanismos de pagamento através de meios eletrónicos		921.096	198.659	1.119.754
	Reforçar o papel da sociedade civil na abertura de espaços para a contestação e para a advocacia		444.038		444.038
	Expandir o "Programa de Acção Social Produtiva sensível a conflitos" com o reforço do conteúdo de desenvolvimento orientado para a comunidade		10.312.402		10.312.402
	Programa de Apoio Social Directo para população afetada por conflitos		18.415.003		18.415.003
	Expansão sustentável de programas regulares críticos com estratégias claras de entrada e saída (Bolsa de Crianças)		324.020	324.020	648.041
	Workshops complementares de beneficiários com conteúdo adequado (por exemplo, nutrição, Água, Saneamento, Higiene, prevenção de Violência Baseada no Género, educação financeira básica)	21.000	21.000	42.000	84.000
	Gestão individualizada de casos para apoio psicossocial a beneficiários	3.000.000	3.000.000	9.000.000	15.000.000
	TOTAL	3.121.000	33.537.559	9.864.679	46.563.238

9 - Governação: Descentralização e Envolvimento do Cidadão		13.335.000	4.650.000	11.150.000	29.135.000
Políticas	Clarificação das atribuições e competências da ADIN na matriz institucional dos órgãos de governação descentralizada e das autarquias	365.000			365.000
	Clarificação sobre a autonomia financeira e patrimonial da ADIN a luz da LEI do SISTAFE e da Lei 7/2012 de 08 de Fevereiro	35.000			35.000
	Clarificação das atribuições e competências entre o Secretario do Estado e o Governador no âmbito da implementação da ERDIN	35.000			35.000
	TOTAL	435.000			435.000
Reforço Institucional / Organização	Assistência técnica a GIDE (Grupo Interministerial de Descentralização) e a CIRAP (Comité Interministerial da Reforma da Administração Pública)	250.000			250.000
	Melhorar o sistema de colecta de receitas e sua aplicação transparente	5.000.000			5.000.000
	Melhorar sistemas para colecta de imposto sobre imóveis nos municípios do Norte	5.000.000			5.000.000
	Aplicação efectiva da nova formula de transferência de recursos financeiros para as províncias e municípios	750.000	750.000		1.500.000
	TOTAL	11.000.000	750.000		11.750.000
Investimento e Operações	Criar mecanismo e espaços de participação cidadã representativa das comunidades	1.900.000	1.900.000	2.150.000	5.950.000
	Reabilitação das infraestruturas afectadas da administração pública distrital e municipal		2.000.000	9.000.000	11.000.000
	TOTAL	1.900.000	3.900.000	11.150.000	16.950.000

10 - Gestão de Terras e Recursos Naturais		31.190.000	56.473.000	50.190.000	137.853.000
Políticas	Estudo de campo sobre posse e gestão de terra no Norte	50.000	200.000		250.000
	Apoio ao Fórum Regional de Terras no Norte	20.000	20.000	60.000	100.000
	Implementação do Sistema de Gestão de Terras (SIGIT) para melhorarem a eficiência, transparência e responsabilidade na gestão de terras (tornar público o cadastro de terras), juntamente com a integração de cadastros de terra (físicos)	500.000	2.500.000	5.000.000	8.000.000
	Rever os planos de adaptação climática locais existentes e proceder à sua disseminação	156.000	338.000		494.000
	Integrar prioridades do Plano e Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação do Clima e Contribuições Nacionais Determinadas nos planos de desenvolvimento do Norte	200.000	200.000		400.000
	Disseminação do novo regulamento de conservação	50.000			50.000
	Divulgação da nova lei de florestas nas províncias do Norte	20.000	20.000		40.000
	TOTAL	996.000	3.278.000	5.060.000	9.334.000
Reforço Institucional / Organização	Campanha de informação pública para DelCom e LTR	100.000	200.000	200.000	500.000
	Formação de paralegais de organizações da sociedade civil	50.000	100.000	100.000	250.000
	Prestação de serviços de paralegais às comunidades durante DelCom e LTR	100.000	200.000	200.000	500.000
	Delimitação e Gestão de Terras Comunitárias (DelCom) e atribuição massiva de DUATs (LTR) no Norte, em particular para pessoas vulneráveis, mulheres e jovens	1.300.000	9.000.000	18.000.000	28.300.000
	Promover a utilização da terra e o planeamento territorial em curso com prioridade nas zonas de deslocados internos		750.000	1.950.000	2.700.000
	Formação e capacitação (cadastro, sistema de informação geográfica, gestão de terras, monitoria e avaliação, controle de qualidade)	50.000	150.000	300.000	500.000
	Apoio na elaboração de planos de desenvolvimento territorial provincial e planos de uso de terra distrital nas províncias do Norte	1.700.000	4.500.000	4.500.000	10.700.000
	Divulgação de boas práticas de gestão territorial nas comunidades urbanas (reprodução de panfletos, cartazes, e manuais de técnicas básicas)	50.000	50.000	150.000	250.000
	Realização de acções de capacitação em termos de ordenamento do território a nível dos municípios, vilas e aglomerados rurais	70.000	70.000	210.000	350.000
	Gestão de terras comunitárias	25.000	25.000	75.000	125.000
	Representação legal das comunidades locais	25.000	50.000	150.000	225.000
	Desenvolver Planos de Adaptação Local em 37 distritos na Região Norte		250.000	750.000	1.000.000
	Acções para garantir a Monitorização, Vigilância e Protecção das áreas de conservação	457.500	285.000		742.500
	Estabelecimento de co-gestão nas Áreas de Conservação	40.000	40.000		80.000

	Fortalecer Unidades de Gestão Florestal (concurso, contratação e treinamento de gestores, inspectores e pessoal de apoio)	246.500	460.000		706.500
	Formação comunitária e estabelecimento de comités de gestão de recursos florestais	20.000	20.000		40.000
	Divulgação do potencial das áreas florestais	20.000	20.000		40.000
	Elaborar estudos sobre alternativas sustentáveis à utilização de biomassa linhosa	250.000	250.000		500.000
	Implementar sistemas de Informação Florestal no Norte (TICs)	120.000			120.000
	Conceber e Implementar programa de reflorestamento de plantas nativas e não-nativas (espécies florestais de uso múltiplo: sombra/fixação de azoto/forragem)	3.000.000	6.000.000		9.000.000
	Melhorar a recolha de dados do sector de pescas	1.365.000	1.125.000		2.490.000
	Monitorização, Controle e Vigilância das Pescas	1.650.000	5.200.000		6.850.000
	TOTAL	10.639.000	28.745.000	26.585.000	65.969.000
Investimento e Operações	Apoio à criação dos Serviços Cadastrais nos Serviços Provinciais do Ambiente (SPA)	100.000	500.000	500.000	1.100.000
	Apoio à criação dos Serviços Cadastrais nos Serviços Provinciais do Ambiente (SPA)	100.000	500.000	500.000	1.100.000
	Implementação dos planos locais de adaptação às mudanças climáticas nos distritos onde não existam.	500.000	3.000.000	3.000.000	6.500.000
	Apoio à elaboração de planos de negócios comunitários de produtos florestais não madeireiros	20.000	20.000		40.000
	Melhorar a capacidade de Gestão das áreas de conservação	120.000	250.000		370.000
	Promover soluções climáticas para a conservação da água e da biodiversidade	45.000	180.000	45.000	270.000
	Modernizar a indústria florestal para processamento e diversificação de productos florestais, redução das emissões de desmatamento e degradação florestal	120.000			120.000
	Restabelecimento da unidade de gestão florestal (conservação zona tampão do Parque Nacional das Quirimbas)	150.000			150.000
	Financiar o programa de redução de emissões	10.000.000	5.000.000		15.000.000
	Promoção da Gestão Comunitária das Pescas	1.800.000	5.400.000		7.200.000
	Implementação do Plano Director de Infraestruturas e insumos de Pesca e Aquacultura, desenvolvimento da cadeia de valor e fornecimento de insumos	5.000.000	5.000.000	15.000.000	25.000.000
	Implementação da Estratégia e Plano de Acção de Mangais	1.200.000	3.600.000		4.800.000
	Reforçar a Investigação Marinha e de Pescas	500.000	1.500.000		2.000.000
	TOTAL	19.555.000	24.450.000	18.545.000	62.550.000

11 - Habitação Social		21.761.335	19.961.335	57.634.005	99.356.675
Políticas	Actualizar a Estratégia Nacional e o Plano de Acção para assentamentos informais	25.000	25.000		50.000
	Promover a formulação de uma Estratégia específica de Financiamento da Habitação, incluindo gerar e partilhar mais informações e dados sobre os mercados imobiliário e financeiro da habitação	25.000	25.000		50.000
	Promover a criação de Zonas de Desenvolvimento Social, onde o desenvolvimento da habitação seja promovido através de parcerias público-privadas, com quota social para as famílias de baixos rendimentos a serem subsidiadas pelo investimento global. Isto deve ser feito juntamente com a introdução de mecanismos locais de promoção de habitações subsidiadas para categorias vulneráveis, incluindo deslocados	300.000	300.000	600.000	1.200.000
	TOTAL	350.000	350.000	600.000	1.300.000
Reforço Institucional / Organização	Apoiar o desenvolvimento de regimes alternativos de financiamento à habitação, baseados em práticas informais como a Xitiques, para preencher a lacuna dos regimes formais de crédito, muitas vezes excluindo a maioria das populações vulneráveis. Isto deve ser feito através do envolvimento da organização de base comunitária	600.000	600.000		1.200.000
	TOTAL	600.000	600.000		1.200.000
Investimento e Operações	Assistência técnica nas zonas urbanas para apoiar deslocados internos e famílias de acolhimento para a construção de habitação resilientes com materiais locais.	1.800.000			1.800.000
	Financiamento de kits de construção de casas para população de deslocados internos e população vulnerável com destaque para mulheres e jovens.	19.011.335	19.011.335	57.034.005	95.056.675
	TOTAL	20.811.335	19.011.335	57.034.005	96.856.675

1.3. Pilar 3 - RECUPERAÇÃO ECONÓMICA E RESILIÊNCIA

		ANO 1	ANO 2	ANOS 3-5	Total
Pilar 3		228.836.547	407.075.330	688.609.325	1.324.521.202
NECESSIDADE	INTERVENÇÕES/ATIVIDADE				
12 - Agricultura e Meios de subsistência rurais		19.087.500	39.965.000	61.570.000	120.622.500
Políticas	Georreferenciar e/ou actualizar áreas de produção agrícola e pecuária e respectiva atribuição de títulos de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUATs).	1.125.000	2.250.000	6.750.000	10.125.000
	Criar e aprovar modelo simplificado de parcerias público-privada para a gestão de regadios, infraestruturas de armazenamento, docas, infraestrutura pecuárias de abate e de manejo sanitário.	37.500	75.000	225.000	337.500
	TOTAL	1.162.500	2.325.000	6.975.000	10.462.500
Reforço Institucional / Organização	Fortalecimento institucional do serviço distrital de actividades económicas para melhorar a eficiência da prestação de serviços.	3.000.000	3.000.000	9.000.000	15.000.000
	Desenvolver sistema eletrónico de informação e higiene fitossanitária e biossegurança agrária e pesqueira e capacitar os seus utilizadores.	75.000	150.000	450.000	675.000
	Estabelecer e operacionalizar um sistema integrado de emissão de Certificado de Qualidade dentro dos padrões definidos.	62.500	125.000	375.000	562.500
	Fortalecer e colocar o sistema de informação e inteligência de mercado e de aviso prévio junto da comunidade produtora.	37.500	75.000	225.000	337.500
	Materiais e equipamentos de trabalho para pesca	550.000	2.000.000	900.000	3.450.000
	Apoio ao estabelecimento e capacitação de organizações comunitárias de pescas	120.000			120.000
	TOTAL	3.845.000	5.350.000	10.950.000	20.145.000
Investimento e Operações	Reabilitação e ampliação dos Institutos Médios de Agricultura no Norte	150.000	225.000	225.000	600.000
	Estabelecimento e equipamento de unidades agrícolas experimentais nas Escolas e Faculdades de Média Agricultura	250.000	375.000	375.000	1.000.000
	Formação de formadores no ensino de habilidades agrícolas	100.000	200.000	200.000	500.000
	Treinamento de jovens do 12º ano e agricultores rurais em habilidades de gestão de agricultura e pecuária	450.000	375.000	450.000	1.275.000
	Treinamento de extensionistas agrícolas em habilidades de agricultura de conservação, criação de gado, gestão de campos agrícolas e habilidades de comunicação	360.000	60.000	360.000	780.000
	Fornecimento de Kits de irrigação	1.200.000	1.200.000	4.800.000	7.200.000

Financiamento da prestação de serviços de preparação do solo para a lavoura e semi-mecanização	1.500.000	3.000.000	4.500.000	9.000.000
Promover a adoção de Agricultura Climática Inteligente		45.000	765.000	810.000
Promover infraestruturas à prova de choques climáticos (a nível agrícola e não agrícola)		60.000	1.020.000	1.080.000
Acesso a subsídios para instalação de campos de produção para jovens recém-formados do Ensino Médio e Superior Agropecuário; acesso à terra; água, energia e mercados	600.000	1.200.000	1.200.000	3.000.000
Desenvolvimento de cadeias de valor para culturas principais (mandioca, feijão, amendoim, milho, gergelim, caju e algodão). Exemplo de cadeia de valor de amendoim (<i>Mahindra Consulting Engineers, 2020</i>)	800.000	800.000	8.800.000	10.400.000
Desenvolvimento de cadeias de valor na pecuária (galinhas, cabras e porcos)	200.000	800.000	2.000.000	3.000.000
Priorizar o estabelecimento de infraestruturas de abate (matadouros e casas de matança) de manejo e produtivo (tanques carracecidas, corredores de tratamento e centros de engorda)	3.000.000	6.000.000	1.800.000	10.800.000
Reabilitar e construir regadios e diques nos blocos de produção estratégicos	2.000.000	12.000.000	12.000.000	26.000.000
Construir armazéns e silos próximos aos centros de produção para armazenar adequadamente as safras, fertilizantes e pesticidas.	300.000	450.000	450.000	1.200.000
Fornecimento de fabriquetas para processamento de produtos agrícolas para associações de produtores	800.000	2.000.000	2.000.000	4.800.000
Criar capacidade de conservação e cadeia de frios adequada para produção agrícola e animal	1.200.000	1.200.000	1.800.000	4.200.000
Financiamento para a implantação de fábricas de processamento de pescado (Lago, Macomia ou Mocímboa da Praia e Moma)	550.000	2.000.000	900.000	3.450.000
Formação de facilitadores de Poupança e Crédito Rotativo (PCR) para acesso a microfinanças e grupos de poupança baseados na comunidade	120.000			120.000
Apoio a pescadores deslocados	500.000	300.000		800.000
TOTAL	14.080.000	32.290.000	43.645.000	90.015.000

13 - Desenvolvimento do Sector Privado		21.062.500	36.455.000	73.397.500	130.915.000
Políticas	Aprovação da Lei de Conteúdo Local, sua regulamentação e divulgação		50.000	100.000	150.000
	Críar e fazer aprovar procedimentos para minimizar perdas pós-colheita, através de Certificados de Depósito e sua validação como instrumento para comercialização agrícola e realização de transações no mercado.	27.500	275.000	137.500	440.000
	TOTAL	27.500	325.000	237.500	590.000
Reforço Institucional / Organização	Críar capacidade institucional da ADIN para coordenar a implementação da ERDIN, iniciativas de investimento junto às comunidades e recursos financeiros	70.000	100.000	150.000	320.000
	Críar capacidade do IPEME para assegurar a resposta das micro, pequena e média empresa às necessidades das grandes empresas no âmbito do Conteúdo Local	25.000	75.000		100.000
	Aumentar a capacidade institucional dos Balcões de Atendimento Único (BAU) transformando na única plataforma de constituição e registo de empresas e equipá-los	100.000	100.000	100.000	300.000
	Aumento da capacidade de intervenção técnica do INNOQ alargando a sua intervenção no Norte	100.000	225.000	300.000	625.000
	Melhorar a qualidade, eficiência e profundidade dos serviços governamentais para o sector privado no Norte, incluindo registo de empresas, registo de propriedades e pagamento de impostos.	125.000	125.000	225.000	475.000
	Elaborar o Livro Branco das potencialidades das 3 províncias para atração de investimentos			150.000	150.000
	Capacitar as entidades públicas relevantes em relação ao cumprimento da Lei de Conteúdo Local	75.000	25.000		100.000
	Sensibilização para que os compromissos de CSR do sector privado estejam alinhados com os critérios da ERDIN	20.000	20.000	20.000	60.000
	Construir competências profissionais nos sectores económicos da administração pública em (i) planos de negócios e informação para estudos de mercado, (ii) aspectos de regulamentação fiscal e lei do trabalho, (iii) Lei da terra e Lei das minas, (iv) Lei de investimento e o código de benefícios fiscais ao investimento	125.000	125.000	225.000	475.000
	Melhorar as compras governamentais para expandir o uso de soluções digitais, mecanismos de transparência adequados e participação mais inclusiva das PMEs nas oportunidades que surgirem	30.000	60.000	90.000	180.000
TOTAL		670.000	855.000	1.260.000	2.785.000

Investimento e Operações	Expandir o acesso ao financiamento por meio de (i) garantias de crédito, (ii) linhas de crédito, (iii) <i>factoring</i> correspondente, <i>leasing</i> e outros mecanismos para as lacunas para o financiamento, (iv) programas de subsídios incluindo para mulheres e jovens	5.000.000	10.000.000	7.000.000	22.000.000
	Expandir o empreendedorismo de alto rendimento do sector formal com potencial para criação de empregos através do acesso a fundos competitivos	500.000	1.500.000	3.000.000	5.000.000
	Criação de fundo de compensação para os jovens que perderam os seus pequenos negócios devido ao conflito		2.500.000	7.500.000	10.000.000
	Desenvolvimento de habilidades técnicas e empresariais para Micro, PMEs	15.000	75.000	125.000	215.000
	Promover o uso de dinheiro móvel e outros mecanismos de inclusão financeira para expandir a atividade econômica, uma poupança e o crédito	75.000	125.000		200.000
	Intervenções no âmbito da coesão social, incluindo (i) programas de estágio de deslocados internos em MPMs, (ii) associação entre deslocados internos e empresários locais, (iii) programas de desenvolvimento de nível comunitário (iv) juventude	4.000.000	10.000.000	21.000.000	35.000.000
	Restaurar unidades económicas destruídas com o conflito, programa de crédito subsidiado	10.000.000	10.000.000	30.000.000	50.000.000
	Competições para pequenas bolsas, bolsas em espécie (kits, equipamentos, etc.), e incubadoras especialmente para jovens empreendedoras	125.000	250.000	750.000	1.125.000
	Estabelecimento de mecanismos para facilitar a integração dos jovens em oportunidades de emprego	125.000	250.000	750.000	1.125.000
	Intervenções direcionadas para gênero, incluindo (i) treinamento de iniciativa pessoal para mulheres em produtos florestais não madeireiros, artesanais ou alimentares (ii) apoiar mulheres que entram em novos sectores produtivos	250.000	250.000	750.000	1.250.000
	Apoio a Micro, pequenas e Médias empresas para certificação ISO	125.000	125.000	375.000	625.000
	Indução a criação de mercados de primeira instância (agrários, pesqueiros, minerais) como entreposto para conexão com os principais mercados provinciais	100.000	100.000	300.000	500.000
	Apoiar soluções digitais lideradas pelo sector privado para conectar empresas e serviços financeiros	50.000	100.000	350.000	500.000
	TOTAL	20.365.000	35.275.000	71.900.000	127.540.000

14 – Turismo		7.860.000	13.630.000	23.000.000	44.490.000
Políticas	Melhorar a regulamentação que permita o licenciamento turístico nas províncias para unidades hoteleiras até 4 estrelas – (descentralização administrativa)	360.000	480.000		840.000
	Avaliação da performance do sector na região Norte, e desenvolvimento de um plano de acção (incluindo cultura)	150.000			150.000
	Orçamento a ser alocado para implementar algumas das principais recomendações e ações identificadas na avaliação acima (e não cobertas por nenhuma das linhas orçamentais abaixo)		500.000	1.500.000	2.000.000
	TOTAL	510.000	980.000	1.500.000	2.990.000
Reforço Institucional / Organização	Abordar as estruturas institucionais fracas e as capacidades limitadas do sector público, incluindo recolha e fornecimento de dados, promoção e facilitação do investimento e <i>marketing</i>	500.000	1.500.000	3.000.000	5.000.000
	Promover e desenvolver a região Norte como destino turístico único (Ilha de Moçambique - Património da UNESCO, Arquipélago das Quirimbas - Reserva da biosfera da UNESCO e Reserva do Niassa)	250.000	1.500.000	1.250.000	3.000.000
	TOTAL	750.000	3.000.000	4.250.000	8.000.000
Investimento e Operações	Melhorar a capacidade de gestão de áreas de conservação.		1.500.000	3.500.000	5.000.000
	Promover o investimento privado em sectores complementares da biodiversidade (incluindo um fundo catalítico)	500.000	2.000.000	7.500.000	10.000.000
	Desenvolvimento de competências através de Integração do turismo em programas Treinamento vocacional para empreendedorismo e parcerias acrescidas	250.000	250.000		500.000
	Desenvolvimento de competências através de formação relacionada com o turismo sobre programas de capacitação previstos para os deslocados e outros grupos vulneráveis	100.000	150.000	1.250.000	1.500.000
	Desenvolvimento de competências através de: Intervenções dirigidas a mulheres e jovens (programas de empreendedorismo e kits de desenvolvimento empresarial)	750.000	750.000		1.500.000
	Prestar apoio ao sector privado para recuperar dos rendimentos e infraestruturas perdidos (especificamente direcionados para a indústria do turismo), através de crédito subsidiado	5.000.000	5.000.000	5.000.000	15.000.000
	TOTAL	6.600.000	9.650.000	17.250.000	33.500.000

15 - Finanças Inclusivas		10.155.000	7.880.000	10.120.000	28.155.000
Políticas	Estabelecer mecanismo de ligação entre os grupos de poupança baseados na comunidade e banca móvel.	270.000	360.000		630.000
		270.000	360.000		630.000
Reforço Institucional / Organização	Capacitar associações e cooperativas na gestão de sistemas de poupança e autofinanciamento	385.000	520.000	520.000	1.425.000
		385.000	520.000	520.000	1.425.000
Investimento e Operações	Estabelecer um fundo competitivo para financiamento a actividades produtivas das associações de poupança baseados na comunidade	5.000.000	2.000.000	5.000.000	12.000.000
	Promoção PCR fase 1	2.500.000	2.500.000	1.300.000	6.300.000
	Promoção PCR fase 2	2.000.000	2.000.000	1.300.000	5.300.000
	Promoção PCR fase 3		500.000	2.000.000	2.500.000
		9.500.000	7.000.000	9.600.000	26.100.000

16 - Indústria Extractiva		817.500	5.390.000	23.845.000	30.052.500
Políticas	Rever a legislação mineira no sentido de prevalecer o primeiro Direito de uso da Terra	50.000	50.000		100.000
	Estudo de base para um plano nacional sobre negócios e direitos humanos, particularmente no sector das extractivas	20.000	100.000		120.000
	Massificação do cadastro de operadores mineiras artesanais e titulares de comercialização mineira	50.000	150.000	100.000	300.000
		120.000	300.000	100.000	520.000
Reforço Institucional / Organização	Capacitação do Instituto Nacional de Minas nas três províncias do Norte	50.000	150.000	100.000	300.000
	Formação de Oficiais de Justiça sobre leis relevantes, mas também sobre direitos humanos e normas ambientais, tal como se aplicam ao sector das extractivas	100.000	500.000		600.000
	AQUA eINAM: Apoio a capacitação para a proteção do Ambiente e licenciamento no sector das extrativas	100.000	1.400.000	4.500.000	6.000.000
	Formação comunitária e estabelecimento de comités de gestão de recursos extractivos	52.500	20.000	20.000	92.500
		302.500	2.070.000	4.620.000	6.992.500
Investimento e Operações	Programa TVET para jovens em competências mineiras práticas, práticas de segurança, práticas mineiras sustentáveis	30.000	600.000	1.800.000	2.430.000
	Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Sector Extrativo do Norte de Moçambique (capacitação de conteúdo local)		1.500.000	4.500.000	6.000.000
	Apoio ao Desenvolvimento de Competências para o Projeto da Agricultura e da Indústria (Fase II)			10.000.000	10.000.000
	Capacitar as comunidades para apropriação de decisões associadas aos benefícios resultantes dos 2.75% do valor do imposto sobre a produção mineira	15.000	45.000	75.000	135.000
	Disseminação do Decreto 63/2021 de 1 de Setembro (Regulamento de Comercialização de Diamantes, Metais Preciosos e Gemas)	50.000	50.000	50.000	150.000
	Reforço das consultas e participação da população local em locais com concessões operacionais, de modo a garantir a preservação dos meios de subsistência, da biodiversidade e dos ecossistemas. Isto requer mapeamento de concessões operacionais no Norte e fornecimento de AT (sobre direitos e obrigações) e facilitação aos conselhos.	100.000	225.000	900.000	1.225.000
	Iniciativa para a implementação do Painel de Impacto de Recursos em Moçambique (custo para as 3 províncias)	200.000	600.000	1.800.000	2.600.000
		395.000	3.020.000	19.125.000	22.540.000

17 - Transportes e Comunicações		79.220.000	206.500.000	289.700.000	575.420.000
Políticas	Plano Diretor de Transportes para o Norte de Moçambique	300.000	600.000		900.000
	TOTAL	300.000	600.000		900.000
Reforço Institucional / Organização	Fortalecimento institucional das agências do setor governamental em nível provincial por meio de operação e uso do Módulo de Planeamento e Orçamento (MPO), nas agências governamentais locais do sector	20.000			20.000
	Construir e reabilitar a infraestrutura dos Governos Distritais (IT&C)	750.000	1.500.000	4.500.000	6.750.000
	TOTAL	770.000	1.500.000	4.500.000	6.770.000
Investimento e Operações	Reabilitação de troços seleccionados da estrada Sunate – Ancuabe - Macomia – Awasse - Mocímboa da Praia - Palma		70.000.000	150.000.000	220.000.000
	Corredor Pemba - Lichinga no troço Ruassa-Balama	10.000.000	15.000.000	13.000.000	38.000.000
	Reabilitação da estrada Namuno – Montepuez	50.000	750.000	1.750.000	2.550.000
	Construção, reabilitação e manutenção de pontes	7.500.000	15.000.000	15.000.000	37.500.000
	Criação de serviços de cabotagem ao longo da costa de Cabo Delgado e Nampula		750.000	1.500.000	2.250.000
	Transporte marítimo Pemba - Metuge, ilhas - continente e Lago Niassa	350.000	900.000	700.000	1.950.000
	Manutenção rotineira, periódica e de emergência da rede viária	50.000.000	55.000.000	55.000.000	160.000.000
	Programa de apoio à primeira parcela de jovens empresários como microempresas de transporte rodoviário (transporte de mercadorias, transporte urbano e periurbano de passageiros)	250.000	750.000	750.000	1.750.000
	Construção de estradas terciárias nas zonas mais produtivas baseadas nos critérios de acesso ao mercado e provisão de serviços básicos.	10.000.000	45.000.000	45.000.000	100.000.000
	Construção de três terminais rodoviários de carga em Cabo Delgado (Chíure, Montepuez e Metoro)		1.250.000	2.500.000	3.750.000
	TOTAL	78.150.000	204.400.000	285.200.000	567.750.000

18 – Energia		90.634,047	97.255,330	206.976.825	394.866.202
Políticas	Plano de electrificação de instalações públicas (centros de saúde e educação, postos de polícia, edifícios administrativos, iluminação pública, etc.) e criação de um mecanismo para assegurar a sustentabilidade a longo prazo dos serviços de electricidade em instalações públicas	102.000			102.000
	TOTAL	102.000			102.000
Reforço Institucional / Organização					
	TOTAL				
Investimento e Operações	Plano de electrificação de instalações públicas (centros de saúde e escolas, postos de polícia, edifícios administrativos, iluminação pública, etc.) e criação de um mecanismo para assegurar a sustentabilidade a longo prazo dos serviços de electricidade em instalações públicas através de painéis solares.	26.616.792	26.616.792	13.308.396	66,541,980
	Prestação de serviços de eletricidade a deslocados e comunidades de acolhimento	4.325.778	849.062		5.174.840
	Modernização das redes de eletricidade		10.000.000	15.000.000	25.000.000
	Contributo para o Programa Nacional de Energia para Todos (Programa Nacional de Eletrificação)	59.539.476	59.539.476	178.618.429	297.697.382
	Acesso a soluções e combustíveis para cozinha melhorados e limpos	50.000	250.000	50.000	350.000
	TOTAL	90.532.047	97.255.330	206.976.825	394.764.202

